

PROPOSTA

Pequenos projetos e incidência em processos de transformação

Eliana Rolemberg

O financiamento do ativismo em direitos humanos

Ana Valéria Araújo e Sérgio Haddad

A luta por um marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil

Vera Masagão Ribeiro

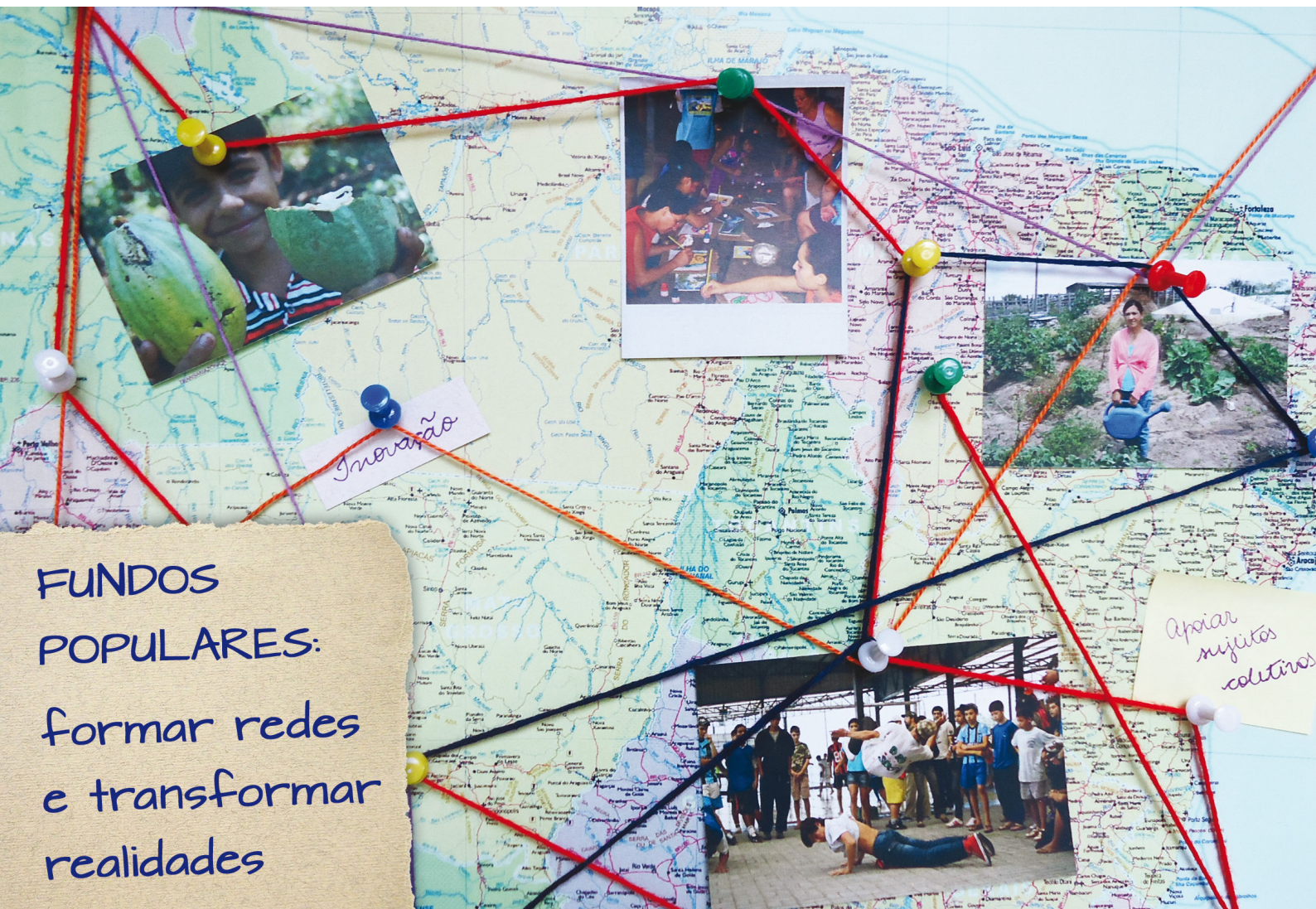
ISSN 1982-8950

Revista Trimestral de Debate da Fase

2013

ANO 37 - Nº 126

R\$ 12,



04

*Maria de Fátima P.
do Nascimento*

Onde estão os recursos para apoio a projetos populares?



27

Cleia Silveira

O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos



Editorial

Esta edição propõe um debate livre e amplo acerca das experiências de fundos populares praticadas no Brasil. Motivos são muitos e vão desde os limites da sobrevivência política deste tipo de iniciativa em tempos de mudanças no cenário da cooperação internacional às armadilhas e aos riscos da cooperação com governos, sem um lastro jurídico orientado para tal finalidade. O contexto é convidativo, pois a vida própria adquirida ao longo dos anos pelos fundos de apoio – pequenos fundos ou outras denominações assemelhadas e aqui apresentadas em diversos artigos – esbarra exatamente nos limites que este mesmo contexto projeta: de um lado, a necessidade da reinvenção de sua *práxis* e, de outro, a ausência clara de alternativas fora de qualquer ambiente que não seja o da reinvenção ou da tarefa do recomeço, que é própria das iniciativas populares em nosso país.

Entendemos fundos de apoio como expressivas formas de solidariedade popular-comunitária. Assim, as iniciativas de constituição, manutenção e resignificação destes fundos carregam silenciosamente essa nuance histórica da resistência e da inovação da política entre as formas associativas (ou não), em sua grande maioria enraizadas nos territórios, onde a vida pulsa. Por se constituírem solidários, os fundos possuem grande força mobilizadora comunitária, com excelente capacidade de ser e de fazer educação popular, o que, em geral, traduz e atualiza o velho e sempre novo ideário paulofreiriano de que a “educação se faz na luta”.

Nos tempos de hoje, iniciativas como essas têm procurado somar aos seus ideários a perspectiva da autonomia e do aperfeiçoamento. Isso justifica a emergência de algumas formas de mobilizações públicas desses fundos com o objetivo de conformar políticas especialmente voltadas para sua sustentabilidade material e, também, para o reconhecimento e institucionalização alargados dessa prática social brasileira de longos anos. Tal expectativa não parece irreal, pois é verídico que fundos populares carecem de arcabouço jurídico e orçamentário públicos, no sentido de que o Estado os reconheça em sua gramática e em suas ações estratégicas. Por isso, essas experiências parecem não ter como sobreviver no tempo futuro sem flexionar agora o tema de sua própria sustentabilidade pública, visando organizar seu lugar ampliado no universo das políticas: específicas ou intersetorializadas e igualmente beneficiadoras e beneficiárias daquilo que emerge do debate da política nacional de economia popular e solidária e/ou do processo de estruturação do marco regulatório das organizações da sociedade civil no Brasil.

Enfim, pela diversidade, complexidade e resiliência política, os fundos populares colaboram para expandir nossa experiência democrática. Por isso, detêm importante lugar na luta geral pela transparência, pela democratização do acesso aos recursos públicos e, principalmente, pela afirmação do lugar das organizações da sociedade civil organizada no controle e na elaboração das políticas públicas orientadas pela noção dos direitos humanos. Muitas destas se originaram das lutas populares e tenderiam a retroceder se não passassem a contar com o lastro das experiências solidárias de estruturação e gestão de fundos populares de que dispõe o Brasil. É chegada a hora do debate!





4

Maria de Fátima P. do Nascimento

Onde estão os recursos para apoio a projetos populares no Brasil?



9

Eliana Rolemberg

Pequenos projetos e incidência em processos de transformação



15

Ana Valéria Araújo e Sérgio Haddad

O financiamento do ativismo em direitos humanos: a experiência da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos



20

Vera Masagão Ribeiro

A luta por um marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil



27

Cleia Silveira

O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos



33

Jean Pierre Leroy

Dema: um fundo que é instrumento da justiça ambiental na Amazônia

Sumário



38

Livia Duarte

Pequenos recursos aprofundam raízes de grupos nos territórios



42

Angelique van Zeeland

Fundo de projetos: apoio solidário para promoção de justiça e transformação social



47

Madalena Guilhon

Os Movimentos Feministas, de Mulheres e os Fundos Sociais



51

Adriana Galvão Freire

Entrevista



55

Marcus Faustini

Entrevista



59

Silvio Isopo Porto

Entrevista

*Apoiar
sujeitos
coletivos*



Apesar dos bons números da economia, desigualdades ainda exigem trabalho da sociedade (Marcelo Camargo/ABr)

Onde estão os recursos para apoio a projetos populares no Brasil?

Maria de Fátima P. do Nascimento¹

¹Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSal. Trabalhou durante quase vinte anos na gestão do fundo de apoio a projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Atualmente, é coordenadora do ELO Ligação e Organização.

O desafio que me foi proposto com esse texto é o de refletir sobre o papel que os “Fundos Populares”²² cumprem hoje – ou que poderiam cumprir – e, principalmente, sobre perspectivas de futuro.

Nos quase 40 anos que nos separam do surgimento do primeiro fundo de apoio a iniciativas populares até o dia de hoje, muita coisa mudou: reconstruiu-se o movimento social, derrubou-se a ditadura militar, temos hoje uma democracia em construção, bem como a ascensão do chamado “terceiro setor” e da responsabilidade empresarial... mas também vivemos um período de crise, de incertezas quanto à sustentabilidade de fundos geridos no Brasil por organizações não governamentais que lutam pela ampliação da democracia e de instituições ecumênicas que, em certa medida, dependem dos recursos facilitados pelas igrejas do Norte. O que nos leva a ver com ceticismo o futuro desses fundos, tão importantes nos anos 70, 80 e 90 do século passado para a resistência, reconstrução e consolidação do movimento social brasileiro.

Como sobreviver à crise de financiamento com as mudanças na cooperação internacional que estão levando agências que tradicionalmente apoiaram esses fundos a reduzir ou retirar o apoio a iniciativas no Brasil? Como relacionar-se com a mais de uma centena de fundos públicos e privados que atualmente estão em funcionamen-

to no país? Como lidar com a concorrência de recursos no Brasil? Como assegurar, em tempos de crise de paradigma de transformação social, o apoio a movimentos e grupos que estão construindo alternativas no dia a dia de sua luta por justiça? São estas algumas questões que tentaremos tratar a seguir.

A origem

Muito embora a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), as Arquidioceses/Dioceses e unidades de serviço de igrejas evangélicas já praticassem apoios a projetos de grupos de sua base direta de atuação, o pioneiro entre os fundos de apoio a projetos populares autônomos no Brasil foi constituído em 1973, quando da criação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). As igrejas, com a criação da CESE, questionavam o sentido da ajuda praticada então, na medida em que

a palavra **ajuda** não está(va) conseguindo transmitir a relação de solidariedade humana porque existe

entre os povos algo fundamentalmente errado: falta justiça, amor e humildade... nenhuma dessas três coisas se compra no mercado. Não são da agenda do comércio, mas devem ser da agenda eclesial³.

Em decorrência dessa análise, a Comissão pela Sociedade, pelo Desenvolvimento e pela Paz (SODEPAX), constituída pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e pelo Vaticano, propôs, na década de 1970, o processo de “reflexão e consultas sobre os problemas de uma sociedade justa e pacífica, mediante programas de ações desenvolvidos de acordo com as necessidades e capacidades locais⁴”. Com isso, teve início o questionamento do modelo de desenvolvimento devido ao seu distanciamento dos princípios de direitos humanos. Os apoios praticados desde o fim da Segunda Grande Guerra Mundial até então eram pautados em grandes projetos – como escolas, hospitais, programas agropecuários – em que a população era destinatária e não protagonista dos processos. O Fundo de Apoio a Projetos da CESE inverte a lógica existente e já nasce para incentivar iniciativas cujo foco se concentrava na promoção da justiça social a partir de propostas elaboradas e executadas, de forma autônoma, por grupos populares.

Na sequência, mas ainda no âmbito das igrejas e das organizações de cunho democrático-popular, foram constituídas, entre as décadas de 1980 e 2000, novas iniciativas para apoio a projetos populares, como o Fundo Nacional de Solidariedade da Cáritas Brasileira, o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (SAAP/FASE), o Fundo de Mini-projetos do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social (CERIS) e a Fundação Luterana de Diaconia. Mesmo que, em um ou outro momento, alguma dessas iniciativas tenha contado com recursos governamentais ou empresariais, a principal fonte de financiamento dos fundos, historicamente, tem sido as agências de cooperação internacional (da Europa e da América do Norte) vinculadas às igrejas católicas e protestantes e de campanhas junto aos fiéis. Este é o caso do Fundo Nacional de Solidariedade, que atua a partir dos recursos coletados a cada ano pela Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Outra marca comum desses fundos é o fato de que todos privilegiam o apoio a iniciativas autônomas de grupos populares, fortalecendo a formação política, a auto-organização, a denúncia das violações e a garantia dos direitos humanos, ressignificados no conceito de Dhescas⁵. Desta forma, esse conjunto de organizações que opera os fundos populares contribuiu, ao longo de quase quatro décadas, para a resistência à Ditadura Militar Brasileira, para a reorganização do movimento social e sindical, para

o processo de elaboração, execução e controle de políticas públicas, com destaque para a defesa incondicional da participação cidadã nos processos decisórios. Foram parceiros fundamentais na constituição e no fortalecimento de novos protagonistas sociais⁶, apoiando as organizações de mulheres, de jovens das periferias urbanas, de indígenas, de quilombolas, bem como todo o universo de populações tradicionais que nos mais recentes anos buscam afirmar suas identidades.

Novos atores entram em cena

As possibilidades de acesso a recursos para grupos populares e organizações não governamentais (ONGs) se amplia a partir dos anos 90 do século passado com a emergência do Terceiro Setor, cuja origem está relacionada à reforma de Estado, de cunho neoliberal. Este setor, aliando sua ação à chamada responsabilidade social, passa a atuar ou apoiar diretamente em comunidades do entorno do empreendimento empresarial, a constituir instituições ou fundações com o objetivo de investir em iniciativas junto a públicos específicos (criança e adolescente, juventude...) ou a atuar em temas relacionados ao seu negócio (meio ambiente, desenvolvimento local...). Para se ter uma ideia da ampliação da possibilidade de acesso a recursos geridos por estas instituições basta fazer uma rápida visita ao *site* do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O censo 2009/2010 do GIFE indica a existência de 134 associadas com investimento estimado em 2010 na faixa dos dois bilhões de reais⁷.

Também no âmbito das organizações que lutam pela justiça, começaram a surgir fundos especializados em temáticas ou populações, como são os casos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, do Elas Fundo de Investimento Social e, mais recentemente, do Fundo Baobá para a Equidade Racial, constituído em 2011. Embora esses fundos tenham surgido no âmbito do movimento social, foram estimulados e tiveram como capital inicial recursos de fundações empresariais como as fundações Ford e Kellong.

Na esfera do Governo, desde o final do século passado, foram instituídos novos fundos de apoio a projetos sociais, muitos dos quais como resultado das lutas sociais implementadas por parceiros e com apoio fundamental dos fundos populares, como é o caso do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente, que também viabilizam a execução de iniciativas propostas e executadas por organizações populares.

Em decorrência da entrada em cena de novos fundos, privados e públicos, aumentou significativamente a oferta de recursos para apoio a projetos sociais. A lista de editais publicada no *site* do GIFE – que não está completa,

suponho – indica a ocorrência de mais de 40 chamadas públicas de projetos no período de janeiro a setembro de 2012. A ampliação da oferta de recursos, no contexto do neoliberalismo, veio acompanhada também de mudanças significativas nos requisitos de financiamento, o que implica, do ponto de vista administrativo, em uma maior profissionalização do pessoal para atender às exigências de prestação de contas e, quanto à ação em si, da busca de resultados mensuráveis, dentro das expectativas das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Quanto à gestão dos recursos públicos, a situação é ainda mais complexa devido às regras da aplicação das verbas, em que a ausência de um marco regulatório adequado à relação Estado e sociedade civil faz com que prevaleçam as regras aplicadas entre os entes federativos. O que leva a que, mesmo se tendo uma maior oferta de recursos, a possibilidade real de grupos informais e movimentos sociais acessá-los seja reduzida. Além disso, a forma de gestão dos fundos – principalmente o processo e o tempo de análise das propostas, além da liberação dos recursos – se torna incompatível com a dinâmica de movimento. Os limites de acesso aos recursos públicos e privados levam a que os fundos populares continuem sendo essenciais à dinâmica da mobilização social no Brasil. Mas, então, por que a crise?

A crise como oportunidade de projetar-se para o futuro

É certo que os fundos populares continuam com seu compromisso primordial de promover a justiça, o amor e a humildade, como preconizava o CMI. Mas a redução de recursos da cooperação internacional e a ampliação de oferta de recursos públicos e empresariais para projetos sociais certamente impõem uma reflexão sobre os fundos populares em que algumas questões devem ser enfrentadas: Querem eles atuar no mesmo campo de ação dos fundos empresariais e governamentais, ou seja, na complementaridade ao Estado? Por que então não se habilitam como gestor desses fundos, posto que dispõem de uma larga experiência neste campo? De outro lado, reconhecendo que existem recursos para projetos sociais – públicos e privados – que atendem a muitas das demandas na área de políticas públicas, mas que o acesso fica limitado à capacidade de gestão dos grupos, qual deveria ser o papel dos fundos populares em relação a esse contingente de organizações populares? Será que a aplicação dos fundos populares está de acordo com a dinâmica social de nosso tempo? Será que a estrutura e a forma de gestão dos fundos atende às demandas da mobilização social de hoje?

Penso que os fundos populares são essenciais para garantir autonomia à dinâmica social. Isto na medida em



que possibilitam o apoio a iniciativas assumidas por grupos emergentes, muitos deles informais. Bem como as suas ações de resistência à violação de direitos ou mesmo a seus atos tão inovadores que ainda não foram assimilados pela lógica do desenvolvimento, mas que apontam para um novo olhar sobre a luta social por justiça. Não foi assim com as “terras de preto” do Maranhão, que resultou no reconhecimento da existência de populações quilombolas no Brasil, para ficar em apenas um exemplo? Grupos como estes não têm tempo para esperar por editais demorados, sem capital que lhes permita aguardar pela, em geral também demorada, liberação de recursos...

Cabe, pois, transformar a crise em potencialidade. E, sem querer apresentar receita, apresento algumas impressões sobre possíveis formas de avanço da inserção dos fundos populares na atualidade. A primeira delas é que se utiliza ainda pouco as potencialidades das Tecnologias da Informação (TI), especialmente na tomada de decisões sobre o apoio a projetos, o que poderia ampliar a democratização da escolha sobre a destinação dos recursos, sem aumentar – o ideal é que reduzisse – os custos gerenciais, de forma a agregar ao processo tanto representantes dos financiadores quanto de lideranças da sociedade civil. Não se trata de perda de autonomia do fundo, mas, ao contrário, da possibilidade efetiva de maior participação e transparência ao processo. Igualmente importante seria sistematizar a prática de gestão de fundos como forma de avançar na disputa pelos recursos públicos e privados para além da cooperação internacional de igrejas.

Há também um potencial de ampliação da utilização da capilaridade dos fundos populares – nacionais e muito reconhecidos – para identificação de novos formatos de luta social. Poder-se-ia potencializar a rede de parceiros para a identificação de grupos sociais e de lutas emergentes, especialmente daquelas que tenham capacidade de ampliar o leque de direitos estabelecidos.

Quanto ao acesso a recursos, está em curso a discussão sobre o financiamento público de fundos que viabilizem a ampliação da democracia e que, ao mesmo tempo, possam ser geridos por organizações não governamentais e movimentos sociais do campo da luta por direitos. Agregada a esta questão, e para além da canalização de recursos, talvez os fundos populares tenham um papel fundamental na capacitação e na articulação das organizações populares para gestão dos financiamentos, não apenas no momento de discussão e proposição de um marco regulatório adequado, mas dotando-as de capacidade para tal.

O essencial no momento é fazer valer a prática transformadora que orienta a ação dos fundos populares na consolidação do ideal de fraternidade, de fortalecer a busca pela igualdade na diversidade, pela defesa da justiça e pela preservação do bem comum.



Notas e referências bibliográficas

² Não há uma designação uniforme para os fundos de apoio a projetos sociais, com a Fase denominando-os como Fundos Populares. Em um encontro com representantes de fundos que atuam na América Latina, realizado em 2011, um representante da Agência de Cooperação Pão para o Mundo levantou a necessidade de melhor definição para a atividade e chegou a sugerir que estes fossem denominados de fundos solidários. Termo que é utilizado por algumas organizações, como a Cáritas Brasileira, por exemplo.

³ Pastor João Parahyba Danroch, então Secretário Geral do Conselho Mundial, citado por EMILIANO, José Emiliano. *Sementes de esperança: a CESE (Coordenação Eclesiástica de Serviço) e a caminhada do povo*. Salvador: CESE, 1991.

⁴ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

⁵ Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

⁶ Tomo de empréstimo a definição de protagonista social adotada por Marilena Chauviu no prefácio do livro de Eder Sader (SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.), representado pelo sujeito coletivo e descentralizado, despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações.

⁷ Cf. www.gife.org.br.



Atividades do cotidiano fortalecem comunidades e dão ânimo à organização (Divulgação/CESE)

Pequenos projetos e incidência em processos de transformação

Eliana Rolemberg¹



¹ Diretora Executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

Por que pequeno projeto?

A conquista, a promoção e a defesa de direitos humanos são elementos da essência do processo de transformação social, econômica e política para a construção de estruturas e relações democráticas, com justiça.

É incontestável a importância das organizações da sociedade civil nesse processo e, no Brasil, temos tido a oportunidade de verificar a capacidade de ações dos mais variados grupos que se organizam para fazer face à situação de desigualdade existente no país, atuando na defesa de direitos em suas várias dimensões: civis, políticos, sociais, culturais, ambientais. A criatividade é característica desses grupos que se proliferam na busca de melhores condições de vida.

O fortalecimento dessas ações não pressupõe, necessariamente, aporte de grandes somas de recursos e de pessoal. No entanto, pode demandar apoios ágeis em determinado momento da vida do grupo, pequenos valores e, por tempo limitado, capacitação, intercâmbio de experiências, entre outros. *São pequenos projetos, como parte de um processo mais amplo de transformação.*

Por que apoiar pequenos projetos?

- Uma pequena soma de recursos pode ser administrada pelo próprio grupo, garantindo, assim, a participação direta e efetiva da comunidade no controle do projeto, do início ao final.
- O caráter pontual dos pequenos projetos evita a dependência de recursos externos por parte do grupo.
- O apoio direto significa um passo a mais no reforço à autonomia política dos grupos.
- Os apoios, dados em algum momento da vida das organizações, serve de estímulo e favorece contatos com outros grupos em busca da multiplicação da experiência.

A proposta não se limita a ações de grupos de base, podendo incluir organizações intermediárias de âmbito local, regional ou nacional, visando o fortalecimento da ação dos movimentos sociais.

A relevância do tema

- Apesar das iniciativas do Governo para diminuição da miséria no Brasil, persiste a situação de extrema desigualdade, gerando alta demanda dos grupos sociais empobrecidos de fortalecimento em suas lutas por cidadania e pelo cumprimento de seus direitos. Dada a diversidade dos grupos, a variedade de propostas é grande, exigindo, por parte dos apoiadores, capacidade e flexibilidade para responder às necessidades desses movimentos e organizações da sociedade civil.
- Muitos desses grupos têm pouco conhecimento e acessibilidade aos recursos públicos e da cooperação internacional. O apoio a pequenos projetos é parte da democratização do acesso a recursos.
- O público é a população rural e urbana que vivencia diretamente as consequências da extrema desigualdade no Brasil, vítima de discriminações e intolerâncias, e que luta de maneira organizada pela afirmação de direitos individuais e coletivos.
- Entre os setores prioritários, encontram-se: sem-terras; camponeses; povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombos, vazanteiros, entre outros); extrativistas, incluindo pescadores(as) artesanais e quebradeiras de coco; sem-teto, incluindo população em situação de rua; moradores(as) de bairros de periferia; pessoas com deficiência; desempregados(as); trabalhadores(as) urbanos do setor informal, incluindo recicladores(as); trabalhadores(as) da economia popular solidária; populações atingidas por grandes projetos.
- São grupos de base, associações, cooperativas, movimentos sociais, organizações não governamentais, redes e articulações.
- As organizações que se destacam nas demandas de apoio a pequenos projetos são as que demonstram capacidade de mobilização e construção de alternativas comunitárias, buscando incidir nas políticas públicas em diferentes âmbitos – do local ao nacional. São as que apresentam potencial para ações articuladas.

Origem dos Fundos de Pequenos Projetos (FPP) e desdobramentos

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) foi pioneira na criação de um fundo de apoio a pequenos projetos desde sua fundação, em 1973, invertendo a lógica dos apoios – governamentais, de igrejas, da cooperação inter-

nacional – a grandes projetos. A ideia era facilitar aos setores mais empobrecidos o acesso direto aos recursos, já que no caso dos grandes projetos, parte importante dos recursos fica com a administração, assessorias, infraestrutura etc. Também estava na nova filosofia de trabalho que ensinou a CESE a superação do reforço patrimonial das denominações, como era típico em projetos nas áreas assistenciais de saúde e educação (um serviço diaconal, *strictu sensu*), para o apoio direto às organizações sociais.

A iniciativa da CESE ganhou expressão e podemos dizer que o grande marco foi a partir de 1983, durante um período de estiagem prolongada no nordeste do Brasil, quando a CESE convocou a Consulta Nacional sobre Fome e Seca para discutir a questão, bem como alternativas de enfrentamento. Nessa ocasião, reafirmou-se a importância dos pequenos projetos. Nos períodos seguintes, outras entidades adotaram essa política de apoio, a exemplo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – com a criação do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) –, do Fundo Sul, do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social (CERIS), do Instituto Marista, da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), da Cáritas Brasileira, dentre outras, sendo que algumas, como a Cáritas, convidaram a CESE para suas discussões internas.

Vários anos mais tarde, depois de já afirmadas iniciativas similares, e não apenas a partir do exemplo da CESE, foram realizados encontros, inicialmente entre CESE e CERIS, associando-se, em seguida, a FASE (SAAP). As três entidades impulsionaram uma Articulação de Fundos de Pequenos Projetos – iniciativa para troca de experiência, discussão política e aprofundamento de estratégias comuns entre 10 entidades de apoio a pequenos projetos sociais². A iniciativa visava, também, negociações com os Governos para conseguir fundos públicos para o trabalho realizado.

No período mais recente, em 2008, teve início uma Articulação de Fundos de Pequenos Projetos da América do Sul oriunda de sete países, com apoio de duas agências da cooperação internacional alemã – Evangelischer Entwicklungsdienst (EED) e Pão Para o Mundo –, reunindo fundos que têm a dimensão ecumênica como característica comum. Até 2012, já foram realizados quatro encontros. Um destaque central refere-se ao consenso quanto ao papel fundamental dos Fundos de Pequenos Projetos (FPP) para estimular ações de defesa da democracia e de promoção de direitos.

Atualmente, ainda que se reconheçam avanços significativos nesse continente, as desigualdades sociais e violações de direitos humanos permanecem como um grande desafio. O apoio a pequenos projetos contribuiu para se conseguir avanços, mantendo-se como uma estratégia fundamental nesse contexto. Outro desafio colocado

para essa nova articulação é fazer incidência conjunta na região, incluindo organismos multilaterais e visando igualmente a sustentabilidade financeira com o intuito de diminuir os recursos da cooperação internacional.

Gestão

É necessário considerar que os recursos dos Fundos de Pequenos Projetos são delegados a partir de negociação com apoiadores, do estabelecimento de critérios de auxílio, responsabilidade e autonomia relativa.

Quanto aos critérios, elencamos os que vêm sendo assumidos pela CESE e que não apresentam discrepâncias com outros FPP:

- Atender situações da pobreza, marginalização e exclusão.
- Responder a problemas das comunidades, procurar superar as causas deles e promover a realização dos direitos humanos (DESC).
- Exercer uma função educativa e de conscientização.
- Preparar a população para o exercício do seu direito de participação democrática.
- Fortalecer a organização comunitária e afirmar a sua autonomia.
- Incentivar a articulação entre grupos afins.
- Contribuir para o desenvolvimento de movimentos sociais autônomos e transformadores.

- Complementar a ação própria da comunidade evitando criar relações de dependência.
- Visar o proveito comunitário, evitar o proselitismo ou a utilização do projeto para fins pessoais.
- Garantir uma ampla participação dos envolvidos nas decisões sobre o projeto.
- Ter um potencial multiplicador.
- Ter um caráter não discriminatório (partidário, gênero e sexual, racial, religioso etc.).

Merecem destaque os enfoques mais valorizados na apreciação das propostas por esses fundos:

- Democracia interna e base social do grupo.
- Capacidade de articulação com outras organizações do movimento popular.
- Preocupação e/ou incorporação de gênero e raça na ação e na estrutura organizacional.
- Intervenção em políticas públicas.
- Apoio a ações que sejam transformadoras da realidade de exclusão.
- Ações que sejam sustentáveis ambientalmente.

Para uma boa gestão, são necessários procedimentos administrativos que assegurem desde o contato inicial com os grupos que demandam apoio até a apresentação de resultados e prestação de contas, assim como a transparência na utilização dos recursos.

A disponibilização de roteiros para apresentação das propostas e de relatórios narrativos e financeiros é parte desses procedimentos. Os projetos devem conter certas informações obrigatórias, que são imprescindíveis para um bom monitoramento do projeto e do desenvolvimento do fundo. A gestão informatizada permite o acompanhamento desde o cadastramento até a análise da proposta, o tratamento de questões com o grupo demandante, o contrato assinado com discriminação de itens apoiados, a apresentação de relatórios e a apreciação dos mesmos pela assessoria responsável.

Além da valorização dos procedimentos administrativos e financeiros, o acompanhamento aos grupos também deve ter conteúdo pedagógico e ser, na medida do possível, combinado com processos de capacitação e formação em temas específicos, como gênero, raça, segurança alimentar e nutricional, viabilidade de empreendimentos produtivos, comunicação. A facilitação de intercâmbios e de processos de diálogo e articulação são demandas constantes e reconhecidas como iniciativas fundamentais para o fortalecimento institucional, a atualização de reflexões e o reforço a relações de parceria.



Associação Comunitária de Marcos - Remanso/BA
(Divulgação/CESE)

Fundo e Programa

O Aperfeiçoando a Proposta de Apoio a Pequenos Projetos

Existem hoje vários Fundos de Apoio, alguns trabalhando com recursos delegados por agências de cooperação, outros – denominados Fundos Autônomos – constituídos originalmente por recursos de fundações empresariais.

Reflexões nacionais e internacionais a respeito da importância dos FPP levaram ao aperfeiçoamento da prática dos fundos, entre outros pontos, no que tange a utilização do sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA). Este se mostrou mais adequado a um *Programa* de pequenos projetos, como centro de intervenção de uma entidade para realização de sua missão; nesse Programa, o FPP estaria inserido.

A concepção de Programa favorece algumas ferramentas importantes, como a definição de indicadores apropriados, o monitoramento, a verificação de resultados e também a avaliação de efetividade e o estudo de impacto, não tendo cada projeto como objeto de análise, mas sim o Programa, permitindo avaliações por amostragem. As avaliações de efetividade e estudos de impacto por região geográfica ou temática específica são capazes de – em meio à diversidade – lançar um olhar crítico e retirar aprendizagens sobre áreas específicas de atuação da sociedade civil.

Os pequenos projetos são vistos como parte de processos mais amplos e, por isso, capazes de produzir efeitos que não são percebidos imediatamente após a execução das atividades.

O Programa também pressupõe mecanismos de participação dos destinatários, parceiros no processo de construção, revisão, atualização coletiva. Os grupos são incentivados a avaliar os resultados e também os efeitos de seus projetos na construção de alternativas.

Para efeito de exemplificação, pode ser tomado o caso da CESE, que organiza bianualmente encontros com representantes de pequenos projetos, disponibilizando um espaço de intercâmbio, de críticas e sugestões para o Programa de Pequenos Projetos (PPP). São resultado desses eventos propostas para a realização de processos de capacitação/formação em PMA, elaboração de projetos, abordagem temática – como gênero, igualdade racial, segurança alimentar e nutricional – viabilidade de iniciativas econômicas, comunicação, mobilização de recursos.

A cada dois anos, a CESE realiza ainda um encontro com organizações populares e movimentos sociais de abrangência nacional e regional. Um dos objetivos é expor o



Associação Várzea Comprida - Queimadas/BA (Divulgação/CESE)

planejamento da CESE e escutar, acolher sugestões e críticas para melhorar sua capacidade de ação, mantendo sua contemporaneidade.

O Programa Pequenos Projetos da CESE conta com um sistema de PMA que inclui os seguintes elementos:

- Análise dos informes narrativos e financeiros e de cada projeto (enviados seis meses após o repasse dos recursos), na qual são observados o alcance dos objetivos, o número de beneficiários/as, os efeitos relacionados ao fortalecimento institucional (organização interna, abordagem de gênero, articulação, incidência pública) e os efeitos relacionados às políticas referenciais da CESE (direito à terra, água e território; direito a trabalho e renda; direito à cidade; direito à identidade na diversidade).
- Visitas de monitoramento a uma amostra de projetos por ano.
- Auditorias externas a uma amostra de projetos por ano.
- Encontros de agentes de projetos (a cada dois anos).
- Mini-avaliações de efetividade por amostragem e por política referencial.
- Estudo de impacto.
- Monitoramento mensal, semestral e anual de alcance das metas planejadas de aplicação de recursos por região, da "natureza" do projeto, do público, do gênero, da raça/etnia, da faixa etária, dentre outros.

Desafios

Sustentabilidade

A sustentabilidade financeira dos FPP está ameaçada, principalmente pela diminuição de recursos da cooperação internacional. As estratégias de mobilização de recursos nacionais têm encontrado barreiras. Vários FPP que formavam a Articulação de Fundos de Pequenos Projetos, mencionada anteriormente, não conseguiram sobreviver e outros estão seriamente ameaçados de desaparecer por falta de recursos financeiros. A articulação, em curso, entre fundos ecumênicos também aponta perspectivas no âmbito sul-sul e, dependendo do processo, poderá ser ampliada para outras experiências, fortalecendo essa estratégia para a busca de sustentabilidade no continente.

Os contatos com o setor privado vêm mostrando que a maioria das empresas que optam pela Responsabilidade Social Empresarial prefere criar seus próprios projetos a aplicar recursos em Fundos já existentes. Além dessa opção, projetos de defesa de direitos não estão entre as prioridades desse setor. Neste ano, o Congresso do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) deu visibilidade a esse tema, mas os reflexos ainda são tênues.

Junto ao Governo, são vários os diálogos existentes na esfera Estadual e Federal. A legislação atual não permite repasse de recursos públicos para FPP. No entanto, existe mobilização da Plataforma das Organizações da Sociedade Civil por um novo marco regulatório e o processo está em fase de finalização de uma etapa importante. A proposta apresentada pelo Grupo misto de órgãos do Governo e organizações da sociedade civil, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, tratou da questão dos pequenos projetos e a expectativa é de avanço.

Surgem hoje novas perspectivas de apoio a pequenos projetos via Governo, a exemplo do Fundo Amazônia com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Neste caso, merece destaque o projeto em execução pelo Fundo Dema, ligado à FASE.

O risco de dispersão e o desafio da unidade necessária

Um desafio que se apresenta aos FPP é o da necessidade de planejar periodicamente polos regionais prioritários voltados ao apoio para superar a dispersão e isolamento dos projetos e para facilitar a interconexão entre eles, bem como um acompanhamento adequado. Com o trabalho articulado de vários FPP, era mais fácil o enfrenta-

tamento desse ponto, contando com a divisão de áreas entre os fundos e a colaboração para definições e análises conjuntas de priorização. Hoje, a luta pela sustentabilidade dificulta a continuidade da articulação de FPP.

A concepção originária, que deu sentido aos Fundos – cada um à sua época –, vem sendo reafirmada pelo conjunto deles como um serviço aos movimentos em suas lutas na *defesa de direitos*, entendidos em toda sua abrangência: direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA), em especial a luta contra toda forma de preconceito, intolerância e violência. No entanto, a diversidade atual de temas dos FPP e a tendência à especialização – FPP da economia solidária, FPP de equidade racial, FPP de mulheres, entre outros – tem provocado articulações específicas sem que exista, de fato, uma articulação mais ampla que abarque a riqueza desse conjunto.

Apesar das dificuldades enfrentadas e da descontinuidade da articulação dos FPP no Brasil, vale ressaltar que é fundamental buscar a colaboração e a sintonia entre os FPP. O aperfeiçoamento dos mecanismos continua em pauta e a sustentabilidade é o desafio comum para que os pequenos projetos continuem a cumprir o propósito de semear esperanças no difícil enfrentamento das desigualdades, na luta por justiça, num longo processo de transformação.



Associação de Pescadoras e Pescadores de Remanso/BA (Divulgação/CESE)



Notas e referências bibliográficas

² Membros: Associação de Apoio Criança e ao Adolescente (AMENCAR), Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL), Caritas Brasileira, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), *Deutscher Entwicklungsdienst* (EED), Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Fundo de Mini-Projetos Sul (FMP-Sul), Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Serviço de Análise e de Assessoria a Projetos (SAAP/FASE).



Projetos que atendam a busca de igualdade do público LGBT estão entre as prioridades (Guillaume Palmier/Creative Commons)

O financiamento do ativismo em direitos humanos: a experiência da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos

Ana Valéria Araújo e Sérgio Haddad¹

¹ Ana Valéria Araújo é Coordenadora Executiva da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) e Sérgio Haddad seu Diretor Presidente.

O Brasil vem ganhando as páginas dos jornais como um dos grandes *players* internacionais, impulsionado por crescimento econômico unido a uma melhoria das condições sociais dos mais pobres, com ampliação aos setores médios da população. A crise que atingiu os principais países desenvolvidos não afetou com a mesma intensidade os países do BRIC², dentre eles o Brasil. São forças emergentes no cenário global que vêm mostrando capacidade em aproveitar oportunidades econômicas mesmo em condições globais adversas. Nos últimos anos, políticas sociais brasileiras de transferência de renda retiraram uma grande quantidade de pessoas da condição de pobreza e miserabilidade. Todos estes fatores contribuíram para veicular uma imagem de um país que rapidamente supera suas condições de injustiça social, em ambiente democrático, no qual a ascensão social de trabalhadores é possível e exemplar.

Apesar de todos estes indicadores positivos, o Brasil permanece como um dos países mais desiguais do mundo, produto da sua história de exploração do trabalho, inclusive com trabalho escravo, sem garantia de direitos para a maioria da população. Esta desigualdade econômica e social é reforçada por fatores de natureza política e cultural que fazem perpetuar uma sociedade com características machistas, racistas e preconceituosas, revelando

que a existência de um governo democrático não é, por si só, suficiente para a promoção dos direitos humanos. O exercício da política institucional com eleições regulares e livres, conquistada com o processo de democratização a partir dos anos oitenta, tem sido eivado por práticas de corrupção e de interesses privados no controle da máquina estatal.

Tudo isto faz com que a riqueza produzida e os bens culturais permaneçam nas mãos de poucos: os 10% mais ricos da população brasileira se apropriam de cerca de 50% da renda total do país e os 50% mais pobres – em sua maioria afrodescendentes – detêm apenas 10% da renda do país. Mais da metade da população do Brasil detém menos de 3% das propriedades rurais. E apenas 46 mil proprietários, numa população de 190 milhões de pessoas, são donos de metade das terras em um país que enxerga os direitos de povos indígenas e de populações tradicionais como obstáculos a um modelo de desenvolvimento que se revela injusto e pouco sustentável. Os meios de comunicação de massa estão nas mãos de poucas famílias que defendem o *status quo* e a inflexibilidade das mudanças democráticas. “Estão a serviço de um bloco histórico assentado sobre o capital que sempre explorou o povo”, nas palavras de Leonardo Boff³.

Por outro lado, nos últimos quarenta anos, a sociedade civil brasileira vem mostrando capacidade de organização e mobilização. Desde o período da luta para derrubar a ditadura (1964-1983), o Brasil mostrou uma intensa mobilização “dos setores de baixo da população”. São organizações da sociedade civil (OSCs), organizações não governamentais (ONGs), sindicatos urbanos e rurais, movimentos sociais e populares, pastorais sociais. Mobilizam-se para defender interesses específicos, para defender-se dos poderosos, para lutar por direitos. São grupos de mulheres de periferia, trabalhadores rurais, organizações de pequenos produtores, organizações que lutam contra o racismo e o machismo, por livre orientação sexual. Enfim, um conjunto diverso e complementar nos seus interesses, voltado a construir um país mais justo e democrático, que respeite os direitos humanos e que aposte em um desenvolvimento sustentável. Atuam também em articulações internacionais, nas quais o Brasil vem ocupando cada vez mais espaço, como, por exemplo, através do Fórum Social Mundial, que nasceu em 2001 em Porto Alegre.

Essas movimentações acabam por se configurar no contraponto dos interesses dominantes, aqueles que procuram impedir mudanças profundas nas estruturas sociais com vistas à sua democratização e à justiça social, preocupados que estão em apenas preservar seus privilégios. Apesar de não serem suficientes para que tais mudanças ocorram, elas são essenciais para definir o sentido e a natureza de um processo transformador por se colocarem como partícipes e atuarem nas raízes e não apenas nos sintomas da violência social, assumindo, assim, papel pró-ativo para fazer com que o país supere a postura histórica e continuada de discriminação.

A sustentabilidade dessas organizações e o quadro do financiamento

O ativismo social que constitui a base de um amplo movimento de promoção dos direitos humanos no país caracteriza-se por uma militância de maioria voluntária. Boa parte dos grupos atuantes em nível local não consegue ter acesso a recursos. São poucas as fontes de apoio nacional e o cenário recente é de instabilidade, impedindo qualquer perspectiva de sustentabilidade.

Historicamente, o estímulo financeiro que permitiu o crescimento e a manutenção das organizações da sociedade civil foram provenientes de entidades de cooperação internacional dos países do norte que canalizaram recursos significativos durante os anos da ditadura militar no Brasil e no período democrático imediatamente posterior. No entanto, nos últimos anos, com a crescente visibilidade do Brasil como país emergente, esses recursos tornaram-

se mais escassos, canalizando-se para outros continentes ou concentrando-se nos países de origem, premidos pelos impactos sociais da crise econômica. Ao mesmo tempo, os poucos recursos que chegam concentram-se em entidades com maiores capacidades administrativas em função das crescentes exigências de natureza administrativa e burocrática. Com isso, o potencial político e transformador da sociedade civil vem sendo ameaçado, principalmente o das pequenas entidades e movimentos populares na base da sociedade, aqueles que lutam ao lado dos mais fracos nos locais em que as institucionalidades do Estado ainda não chegaram.

Numa sociedade como a brasileira, marcada pela pobreza e pela desigualdade social, há ainda uma forte presença de instituições que realizam trabalhos assistenciais ou filantrópicos, minorando as dificuldades das populações carentes. A filantropia tradicional, inspirada por valores religiosos, de solidariedade ou de compromisso ético, sem dúvida alguma alivia o sofrimento dos setores empobrecidos. No entanto, quase sempre sua atuação acaba por não afetar as estruturas de produção e reprodução da sociedade brasileira em função da forma despolitizada com que realiza o seu trabalho, não agindo sobre as causas das injustiças sociais nem sobre a compreensão das suas raízes históricas.

Ao mesmo tempo em que as históricas fontes de apoio internacional deixam de atuar no Brasil, não foram ainda criadas alternativas nacionais que possam manter o trabalho das organizações da sociedade civil em volume e qualidade suficientes. Mais que isso, grandes e históricas organizações internacionais, de amplo reconhecimento público e *expertise* na captação de recursos em seus países, movem-se para o Brasil, com elevados investimentos financeiros de longo prazo para alavancar recursos da sociedade brasileira para suas causas. Trata-se de um fenômeno recente, estimulado pela imagem e pela presença do país no exterior como uma das maiores economias do mundo. As organizações internacionais não só passaram a captar recursos para sua atuação aqui como vêm gradativamente ampliando a remessa para financiar seus trabalhos em outros países em que atuam.

Sem a criação de novas bases de financiamento nacionais, a própria existência de movimentos sociais, organizações comunitárias e organizações de defesa de direitos pode estar ameaçada.

O papel do poder público e das corporações no financiamento das organizações sociais

A ascensão do Brasil como uma “nação de renda média” o tem transformado em um país-membro doador (e não mais recipiente) no contexto da cooperação internacional. O próprio Governo brasileiro vem se empenhando na difusão desta imagem, com vistas a reivindicar, legitimamente, uma presença com maior peso e reconhecimento nos espaços de governança global. O investimento e a importância que o Brasil vem atribuindo ao seu papel de doador na cooperação internacional pressupõem a necessidade de que se identifique e acompanhe tal processo. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão oficial de cooperação do Governo brasileiro, teve em 2010 um orçamento de US\$ 30 milhões. No entanto, outras formas de cooperação atingem 15 vezes este valor e apontam o país como um dos maiores doadores do mundo em recursos variados para países pobres, particularmente para os continentes africano e latinoamericano. Embora o Brasil não seja um doador maior que a China, seu “orçamento” já é comparável ao da Suécia e do Canadá e, ao contrário destes países, os recursos estão aumentando. Parte pequena desse valor é dirigida às organizações da sociedade civil, concentrando-se a maior parcela na cooperação econômica e no apoio dos objetivos estratégicos do desenvolvimento brasileiro.

Além dos recursos voltados à cooperação internacional, os recursos públicos (federais, estaduais, municipais e de estatais) são fonte importante e crescente de apoio a projetos de organizações da sociedade civil no Brasil. Mas o apoio vem se dando sem um marco legal e administrativo adequado às peculiaridades destas organizações. Com isso, receber recursos públicos é quase sempre um risco e uma “dor de cabeça”, dadas a miríade de regras sempre mutantes, a não sintonia entre o Executivo e os organismos de controle e fiscalização – Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) etc. – e as limitações do que pode e não pode ser apoiado, despesas de custeio, por exemplo, além da complexidade na prestação de contas. Por isso, é tão urgente fazer avançar o diálogo e a articulação na sociedade civil e a negociação no Congresso e com o Executivo em torno de um novo marco legal, como vem sendo realizado por uma coligação de entidades em diálogo com a Secretaria Geral da Presidência da República.

Outro campo de apoio às organizações sociais no Brasil tem sido o Investimento Social Privado (ISP), incluídos aí empresas, institutos e fundações empresariais. Este movimento de responsabilidade social tem crescido muito no país e vem sofrendo mudanças rápidas em função, principalmente, da incorporação da perspectiva da sustentabilidade na gestão do negócio das empresas. No entanto,

muito pouco ou quase nada desses recursos beneficia projetos e ações com organizações e movimentos que trabalham com as temáticas vinculadas à promoção dos direitos humanos, temas estes quase sempre sensíveis aos interesses corporativos.

A experiência do Fundo Brasil de Direitos Humanos

É nesse contexto que nasceu a Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos em 2005. Ativistas do campo dos direitos humanos, preocupados com a existência, a manutenção e o estímulo às pequenas organizações e indivíduos que lutam junto aos setores populares para garantir direitos, tomaram por decisão constituir uma entidade para captar e canalizar recursos para estas iniciativas. Várias foram as motivações: a permanência das violações de direitos, apesar da melhoria das condições sociais e econômicas dos últimos anos; a inflexibilidade das condições estruturais que fortalecem estas condições de injustiça; a importância da existência de iniciativas na base da sociedade com participação popular para a implantação de direitos; a evasão dos recursos internacionais; e a potencial possibilidade de captação de recursos no plano nacional.

Com um forte estímulo da Fundação Ford, que assignou recursos iniciais para as primeiras doações, a manutenção do escritório e a doação de um *endowment*⁴, o Fundo Brasil definiu como missão promover os direitos humanos, em especial a defesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados. Sediado em São Paulo e com atuação em todo o território nacional, sua governança é exercida por pessoas com um forte histórico de participação na sociedade civil brasileira, que possuem mandatos em órgãos cuja renovação de composição é obrigatória. Compete ao Ministério Público, no exercício do papel de curador das fundações privadas, zelar pelo cumprimento do seu estatuto.

A Fundação se pauta por critérios transparentes de seleção de beneficiários, investimento e repasse de recursos, garantindo credibilidade institucional e mecanismos para o necessário acompanhamento das suas atividades. Para realizar sua missão, a Fundação trabalha com editais públicos anuais, que são divulgados em todo o país. Reserva, ainda, uma parcela dos seus recursos para viabilizar propostas emergenciais e atividades de formação de seus beneficiários.

O foco dos editais anuais da Fundação tem sido o combate à violência institucional e à discriminação, com ênfase nas seguintes questões: gênero e raça, jovens e adolescentes em conflito com a lei, público LGBT⁵, trabalhado-

res rurais, populações tradicionais e povos indígenas. Ao longo de seis anos de operação, além dos recursos repassados na forma de doações para pequenas organizações, o Fundo Brasil passou também a investir na estruturação dessas organizações, com assessoria técnica permanente, atividades de capacitação e treinamento, bem como no apoio à atuação junto às redes de direitos humanos existentes.

Nesse período, foram distribuídos aproximadamente R\$ 4,2 milhões para apoio a 175 projetos nas cinco regiões do país, contemplando temas e ações para as quais não há outros ou há pouquíssimos recursos disponíveis. Os números refletem o trabalho estratégico que permite dar visibilidade a problemas pouco conhecidos ou discutidos e a atores ou grupos invisíveis – que a sociedade brasileira não vê, ou não quer ver. Os pequenos projetos nem sempre são capazes de, individualmente, gerar uma mudança estrutural na situação dos direitos humanos, mas exercem um papel fundamental e imediato em minimizar danos, prevenir e mitigar impactos, além de aumentar a consciência dos seus participantes sobre seus direitos.

Este efeito, somado a processos formativos das vítimas de violações de direitos humanos e de segmentos vulneráveis, leva a seu empoderamento para que possam, eles próprios, alterar pequenas realidades e se tornar protagonistas das suas lutas, exigindo e fiscalizando o cumprimento de leis e políticas públicas em nosso país. A reunião de todos esses fatores opera no tempo o resultado profundamente transformador que está no centro da missão do Fundo Brasil.

A experiência com a seleção de projetos mostrou que a demanda é grande e que, com certeza, há campo para ampliação de atuação da Fundação. São projetos de R\$ 10 mil a R\$ 25 mil, com duração máxima de um ano. Até o momento, 4 mil propostas foram recebidas em seis editais gerais sobre as temáticas acima mencionadas e um edital voltado especificamente para a violação dos direitos humanos e o desenvolvimento urbano. Este número garante um amplo mapeamento do campo dos direitos humanos e já nos permite aprimorar estratégias para fortalecer a capacidade de realizar a missão.

O trabalho realizado pela Fundação Fundo Brasil busca colaborar para a construção de um modelo de “filantropia alternativa” para doadores comprometidos em investir na transformação social e no fortalecimento da democracia no Brasil. A criação de mecanismos sustentáveis de doação de recursos voltados para a promoção dos direitos humanos exige capacidade de mobilizar recursos para apoiar seus defensores e garantir visibilidade às causas e à relevância do trabalho desenvolvido por organizações da sociedade civil.

Embora esse seja o grande desafio, o trabalho da Fundação evoluiu de forma positiva e consistente no sentido de

diversificar suas fontes de recursos. Quando começou, em 2007, 96% dos recursos vinham de fontes internacionais e 4% de doadores individuais no Brasil. No ano passado, 2011, 44% dos recursos foram oriundos de fontes internacionais, sendo o restante proveniente de indivíduos e empresas nacionais, de receitas de arrecadação da Nota Fiscal Paulista, do Governo brasileiro e de rendimentos do *endowment*. Além da captação em dinheiro, construímos parcerias que viabilizam atividades de comunicação e que resultam na doação de produtos e na prestação de serviços *pro bono* de alta qualidade e especificidade técnica.

Há ainda muito a ser feito para garantir a sustentabilidade de uma comunidade de direitos humanos independente e eficaz no Brasil. E é fundamental assegurar a existência dessa comunidade com capacidade de agir em todos os níveis, seja o local, o regional ou o nacional, e, ainda, de forma crescente, com um olhar para a esfera internacional, na medida em que cresce o protagonismo e a influência do Brasil nesse campo. Como o investimento em projetos de direitos humanos continua a ser um desafio no país, o trabalho realizado pelo Fundo Brasil torna-se cada vez mais relevante por se constituir como um fundo autônomo das forças do mercado e do Estado, gerido pela própria sociedade, através dos seus ativistas, garantindo independência na aplicação dos seus recursos.

Notas e referências bibliográficas

² Grupo de países em desenvolvimento com destaque no cenário internacional composto por Brasil, Rússia, Índia e China.

³ *A mídia comercial em guerra contra Lula e Dilma*. Carta Maior. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=16986

⁴ O *Endowment* é um recurso patrimonial cuja aplicação proporciona um fluxo financeiro para a entidade beneficiada. O patrimônio permanece investido e protegido, gerando frutos que ajudam a atender as necessidades presentes e futuras. A doação inicial da Fundação Ford foi de 3 milhões de dólares.

⁵ Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, incluindo, ainda, os simpatizantes pela causa, o que pode fazer com que seja grafado como LGBTQTTs.



Segue a luta por marcos regulatórios que garantam os princípios da Constituição Cidadã (Antonio Cruz/Abr)

A luta por um marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil

Vera Masagão Ribeiro¹

¹ Membro da Diretoria Executiva da ABONG e coordenadora geral da Ação Educativa; doutora em Educação pela PUC-SP.

A luta por um marco regulatório adequado para as organizações não governamentais (ONGs) é uma agenda central da Associação Brasileira de ONGs (Abong) desde a sua fundação há 21 anos. O balanço retrospectivo desta trajetória pode ser algo desalentador, uma vez que os avanços legais e políticos conquistados são diminutos em comparação ao relevante papel que tais organizações tiveram no Brasil nos últimos 40 anos. Reconhecer, porém, que entraves muito semelhantes são vividos em tantos outros países, principalmente na América Latina, ajuda a dar uma perspectiva mais alargada a problemática e a manter vivo o ânimo da luta. Nesse artigo, traça-se um breve panorama sobre a trajetória dessas organizações no continente e no Brasil, retomam-se as principais iniciativas da ABONG e outros atores coletivos visando uma legislação adequada e arrolam-se os principais problemas enfrentados atualmente e algumas propostas para sua superação.

Em toda a América Latina, durante as ditaduras das décadas de 1960, 1970 e 1980, ONGs com apoio de agências solidárias de cooperação internacional, realizaram um trabalho de educação e mobilização popular fundamental para os processos sociais que levaram à redemocratização. Na década de 1990 e ao longo dos anos 2000, essas organizações foram sendo cada vez mais reconhecidas como sujeitos políticos autônomos, base institucional de

movimentos sociais, como o feminismo e o ambientalismo, de populações tradicionais e de coletivos de ativistas mobilizados em torno de diferentes temáticas. No Brasil, o termo ONG se popularizou principalmente depois da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Rio-92, em que essas organizações tiveram um papel destacado.

Assim como em outras regiões do Sul – em que novos blocos de países experimentam uma aceleração do crescimento econômico, aumentando os riscos à sustentabilidade ambiental –, na América Latina o conceito de desenvolvimento vem sendo profundamente questionado. E as organizações da sociedade civil têm tido um papel relevante como críticas do modelo de desenvolvimento dominante. Junto a movimentos de trabalhadores e populações tradicionais, ou como parte deles, têm buscado formular e difundir novos paradigmas baseados na igualdade e na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, abarcando, além dos direitos sociais, os ambientais e culturais, no qual se inclui o direito à comunicação². Além da crítica, têm procurado gestar alternativas que são ainda embrionárias e que requerem desenvolvimento e consolidação, para os quais é preciso mais capacidade de trabalho em escala e interlocução com diferentes setores da sociedade e dos governos.

A postura crítica das ONGs provoca hostilidade não somente de grandes empresas que têm seus interesses contrariados, como de governos que aderem ao paradigma desenvolvimentista. Nesses embates, explicitam-se visões conflitantes sobre o papel do Estado e da sociedade civil na democracia, entendendo alguns que a via partidária-eleitoral é suficiente para expressar a vontade popular enquanto outros defendem que a democracia se faz também – e principalmente – pela participação direta da sociedade na formulação e no acompanhamento das políticas públicas e, em alguns casos, igualmente em parcerias para sua execução. Nesta segunda perspectiva, a existência de organizações da sociedade civil fortalecidas e autônomas é condição necessária para a democracia e, por isso, se requer políticas de Estado e legislação que fomentem a autonomia e, ao mesmo tempo, o sentido público dessas organizações.

No Brasil, a luta pela redemocratização resultou numa Carta Constitucional que estabeleceu a responsabilidade do Estado e a participação social nas políticas públicas como pilares fundamentais para a realização dos direitos. O país projetou, portanto, um modelo de democracia que promove organizações da sociedade civil autônomas e capazes de expressar demandas sociais, negociar, formular, acompanhar e avaliar as ações dos governos. Na década de 1990, entretanto, preponderou no Estado brasileiro uma perspectiva neoliberal que viu as ONGs principalmente como meios de executar políticas sociais de forma focalizada e menos onerosa. O afã de facilitar o repasse de recursos públicos viabilizou o uso de ONGs para driblar as regras da administração pública, favorecer grupos políticos, ou, simplesmente, desviar recurso público para benefício privado.

Ao longo da década de 2000, denúncias de corrupção da gestão pública envolvendo ONGs passaram a fazer parte do jogo político, dando lugar a três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPLs) que se encerraram sem conclusões consistentes, mas que, mesmo assim, ensejaram a proposição dos mais de 40 projetos de lei voltados ao controle das ONGs, que atualmente tramitam no Congresso Nacional. Contribuíram, ainda, para gerar na opinião pública desconfiança com relação a essa forma de engajamento e expressão de demandas sociais.

O efeito mais perverso disso extrapola o universo das ONGs: a desqualificação generalizada das organizações contribuiu para o enfraquecimento da confiança da população na sua própria capacidade de criar uma esfera pública ampliada em que diferentes segmentos da sociedade possam se expressar e, de forma legítima, disputar, negociar, estabelecer consensos e cooperar em função do bem comum ou do interesse da maioria. Na verdade, não é apenas a imagem pública das ONGs que é abalada, o mesmo vem ocorrendo com a dos movimentos sociais, dos sindicatos ou dos partidos, que são questionados

como canais legítimos de expressão de demandas e posicionamentos da sociedade.

Nesse contexto, é possível dimensionar melhor o enorme desafio que representa construir um marco regulatório que contribua para dar institucionalidade a novos sujeitos políticos e ao aprofundamento da democracia que os novos tempos requerem.

As demandas da ABONG e de outras redes de organizações da sociedade civil

Entre 1991 e 1997, a ABONG realizou diversos seminários sobre o marco legal das OSCs e, junto com outras entidades, elaborou propostas encaminhadas ao governo. A partir de 1997, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, participou da Rodada de Interlocução Política convocada pelo Conselho da Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República, para debater o Marco Legal do Terceiro Setor. Deste processo resultou a Lei 9790/99, que criou a figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que conta com instrumento próprio de contratualização com o governo – o Termo de Parceria. Um dos avanços desta lei foi ter reconhecido uma maior diversidade de formas associativas, estando as entidades de defesa de direitos e desenvolvimento, as de promoção da cultura e defesa do meio ambiente, ao lado das que atuam nos campos tradicionais da filantropia: o atendimento hospitalar, a educação formal e a assistência social. A ABONG considerou, no entanto, que a lei das OSCPs era limitada por se sobrepor, sem modificar, a legislação anterior, que abarca a titulação de Utilidade Pública e Entidade Beneficente de Assistência Social, além do uso do convênio como instrumento de contratualização entre governo e organizações da sociedade civil.

Além disso, a ABONG defendia que os termos de parceria fossem submetidos à aprovação dos conselhos de políticas públicas, mas a forma final da lei considerou essa indicação facultativa. Também propôs que, para receber o título de OSCIP, a organização tivesse um tempo mínimo de funcionamento, para evitar que entidades fossem criadas com o objetivo de receber os repasses e executar programas governamentais. Segundo os dirigentes da ABONG, a lei das OSCIPs fez prevalecer a lógica da terceirização e não a do fomento à organização autônoma da sociedade³.

Com a eleição de Lula para o governo federal, cresceu a expectativa de que se conseguisse avançar não só no tocante à legislação, mas na consolidação de políticas públicas condizentes com o reconhecimento do valor das organizações da sociedade civil como protagonistas do

modelo de democracia concebido na Constituição de 1988. A partir de 2004, as associadas da ABONG já manifestavam sua preocupação com a retração do financiamento da cooperação internacional sem que no Brasil se tivesse conquistado marcos legais e políticas de Estado que viabilizassem a reorganização das suas bases de sustentação social, política e financeira⁴. Em 2009, a ABONG publica a proposta de Projeto de Lei para um novo instrumento de contratualização entre o Governo e organizações da sociedade civil, o Termo de Financiamento Público Direto, fruto dos debates realizados nos anos anteriores⁵.

Certamente, a insegurança e a decepção em relação à falta de ação do governo federal em relação à criação de marcos legais e políticas de fomento às organizações não se deu somente nas associadas da ABONG, mas em outras redes e movimentos sociais voltados para a luta pela transformação social no país. Por isso, um conjunto expressivo delas, envolvidas com a defesa de direitos e do meio ambiente, com a promoção da economia solidária, da agroecologia e da agricultura familiar, aproveitou as últimas eleições presidenciais para lançar a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil⁶. As organizações pleiteavam uma política de Estado com instrumentos e mecanismos que assegurassem autonomia política e financeira das OSCs. Indicavam, ainda, que tal política deveria abarcar: 1) processos e instâncias efetivos de participação cidadã na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; 2) estímulo ao envolvimento da cidadania com causas públicas; 3) mecanismos de acesso democrático das OSCs aos recursos públicos que permitam operacionalização desburocratizada e eficiente de ações de interesse público; 4) um regime tributário apropriado e favorecido, incluindo incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas.

Para o detalhamento dessa política, as organizações propunham que fosse criado, logo após a posse, um grupo de trabalho (GT) composto por representantes de OSCs e de governo, para produzir, no prazo de um ano, propostas de legislação que atendessem os tópicos colocados. Ambos os candidatos concorrentes em segundo turno se comprometeram formalmente em atender as demandas da Plataforma das OSCs. Dilma Rousseff foi eleita, nomeou Gilberto Carvalho como Ministro da Secretaria Geral da Presidência – órgão responsável pela interlocução do governo com a sociedade civil – e, já nos primeiros meses da gestão, as lideranças da Plataforma começaram a cobrar a promessa de campanha em diálogo com a Secretaria Geral da Presidência. A autorização para a formação do GT, entretanto, só seria dada nove meses depois, em setembro de 2011, por meio de Decreto Presidencial cujo objeto principal era estabelecer restrições à contratualização do governo federal com entidades sem fins lu-

crativos, uma resposta à série de escândalos envolvendo ONGs, que resultou na queda de vários ministros.

A comprovação de experiência prévia e a chamada pública exigidas no Decreto eram propostas defendidas pela ABONG desde as rodadas de diálogo que resultaram na lei das OSCIPs em 1997. Assim, com outros integrantes da Plataforma, a Associação apoiou publicamente o conteúdo do Decreto e começou a trabalhar com os demais representantes da sociedade civil e a equipe da Secretaria Geral da Presidência na organização de um Seminário Internacional sobre Marco Regulatório, que daria início aos trabalhos do GT, chamando a mídia e a sociedade para debater os desafios brasileiros à luz da experiência internacional. Poucos dias antes, entretanto, as organizações foram surpreendidas por um novo decreto presidencial, o de nº 7592, dessa vez suspendendo todos os repasses de recursos a entidades conveniadas com o governo federal, até que se verificasse sua regularidade. Ou seja, todas as organizações foram consideradas, *a priori*, culpadas e tiveram que amargar o fato de que um ato presidencial referendava a injusta onda criminalização das ONGs promovida pela mídia, tomando as organizações como bodes expiatórios da improbidade administrativa de gestores governamentais.

Nesse contexto, o GT acabou por eleger como prioridade a questão da contratualização entre Governo e entidades sem fins lucrativos, considerando o relevo da problemática para o cotidiano das organizações e para o debate público e o nível de consensos já assentados. O Seminário evidenciou extenso acordo quanto à inadequação do convênio como instrumento para regular a relação entre governo e entidades da sociedade civil, uma vez que foi criado para regular a colaboração entre entes federados, favorecendo a equivocada equiparação das OSCs com órgãos públicos.

Um novo instrumento de contratualização

Entre janeiro e julho de 2012, o GT produziu um conjunto de propostas relacionadas ao tema da contratualização, deixando também algumas indicações sobre outros tópicos a serem desenvolvidos em etapa posterior. Em um balanço avaliativo sobre essa etapa dos trabalhos, a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil reconheceu que havia importantes avanços e alguns pontos que mereceriam atenção nas próximas negociações. Dentre os principais avanços, destacou a elaboração de um Projeto de Lei que cria um novo instrumento de contratação entre Governo e organizações da sociedade civil. Já no nome do instrumento – Termos de Fomento e Colaboração –, exprime-se a atenção ao reconhecimento de que

as OSCs podem acessar recursos públicos tanto para colaborar em políticas públicas estabelecidas quanto para desenvolver seus próprios projetos de forma autônoma, inclusive exercendo controle social sobre a atividade estatal. Outros pontos positivos do Projeto de Lei são o estabelecimento de regras claras quanto aos processos de publicidade dos editais, seleção e julgamento de propostas, a adoção de mecanismo participativo de definição de temas e áreas de trabalho a serem financiadas, além da explicitação de que a contratação de pessoal próprio das OSCs pode ser feita com recursos repassados pelo governo, desde que atendendo à qualificação necessária e remuneração compatível.

A Plataforma também avaliou positivamente as propostas relacionadas ao monitoramento e avaliação do Termo de Fomento e Colaboração, tendo em vista as exigências de rigor e transparência no que tange à aplicação de recursos públicos. Porém, ponderou que será necessário aperfeiçoar os mecanismos e ferramentas de prestação de contas hoje disponíveis, com simplificação e integração dos sistemas de controle de execução e produção de relatórios.

Ainda, a Plataforma OSC propôs que o Projeto de Lei fosse de âmbito nacional e não somente aplicável à esfera administrativa federal. Os dados do IPEA indicam que a diminuição dos repasses federais nos últimos anos tende a ser contrabalançada por um aumento de repasses de governos estaduais e municipais, âmbitos em que as incongruências legais podem se multiplicar. Outro ponto que, segundo a Plataforma, não tinha ainda sido adequadamente equacionado diz respeito à autorização de repasses advindos do Termo de Fomento e Colaboração para o provimento de fundos de apoio a pequenos projetos, com a intermediação de organizações que se responsabilizam pela seleção e prestação de contas.

Finalmente, outra questão que gerou polêmica na elaboração do Projeto de Lei foi a exclusão das cooperativas do grupo de organizações que poderiam utilizar o instrumento para estabelecer parcerias com o Estado. O crescimento da economia solidária como estratégia de inclusão, promoção de direitos e justiça social coloca problemas novos que o tradicional sistema de classificação de organizações sem fins lucrativos não está ajustado para tratar de modo adequado. O movimento da economia solidária requer uma revisão desses conceitos, pois há setores que defendem que ele visa à promoção de atividades econômicas não lucrativas, cujas eventuais sobras devem ser integralmente aplicadas em benefício da comunidade. Outros consideram que a proibição de distribuição de sobras aos cooperados compromete o sentido econômico dessas organizações.

Constata-se, portanto, que será preciso em breve enfrentar a questão da classificação das organizações de inte-

resse público, em contraposição às empresas privadas com fins lucrativos. É a própria dinâmica da sociedade, com suas inovações organizativas, que requer uma atualização da tipificação e certificações existentes.

O financiamento público para a participação social

Além do Projeto de Lei que cria o Termo de Fomento e Colaboração, o GT conseguiu desenvolver outras propostas que o complementam: um decreto presidencial autorizando imediatamente a contratação de pessoal das OSCs com recursos advindos de convênios; um canal de alinhamento de entendimentos junto à Ouvidoria Geral da União, que serviria como canal de escuta para entidades que enfrentam problemas com seus contratos com órgãos do governo federal; melhor classificação das OSCs nas contas públicas e demais estatísticas oficiais⁷. A utilidade desses mecanismos, todavia, será limitada se não se ampliarem as fontes de recursos públicos disponíveis às OSCs, garantindo que todos os temas da agenda social e ambiental sejam contemplados. Durante essa primeira fase dos trabalhos, não foi possível avançar substancialmente nesse aspecto. Em março, o Ministro Gilberto Carvalho anunciou publicamente seu apoio à constituição de um fundo autônomo para fomento às organizações, com participação do BNDES e empresas estatais, mas sete meses depois não foram encontrados os meios para viabilizar a proposta.

Incentivo ao engajamento da sociedade

Além da ampliação dos fundos públicos disponíveis para as OSCs, a organizações e o Governo precisam avançar ainda com propostas para criar um ambiente tributário facilitado. A legislação referente a esse tópico no Brasil é confusa e não reflete a diversidade de perfis de organizações que traduzem o associativismo e o engajamento cidadão em nosso país. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) cada vez mais se restringe às entidades que prestam serviços hospitalares, de educação formal ou de assistência social. O Conselho Nacional de Assistência Social desenvolveu uma tipificação de entidades de assessoria e defesa de direitos, que também teriam acesso aos benefícios do CEBAS, mas esta se refere exclusivamente às entidades que prestam assessoria ou que fazem defesa de direitos do público da assistência social. Portanto, ficam excluídas, em princípio,

aquelas que defendem os direitos das mulheres, as que lutam contra o racismo ou contra a homofobia, as que defendem o meio ambiente, as que promovem a agroecologia ou o consumo responsável, por exemplo, pois tratam de direitos de todos e não apenas dos segmentos mais vulneráveis. As OSCIPs, que contam com uma tipificação mais atualizada, gozam de benefícios muito limitados e precisam se submeter a condições nas formas organizativas que não são adequadas para todas.

Outro ponto relevante é o que se refere ao incentivo às doações de pessoas físicas e jurídicas. É mais do que legítimo que organizações não governamentais tenham acesso a recursos estatais para realizar atividades de interesse público; entretanto, para que sua autonomia seja preservada, é desejável que não dependam exclusivamente dessa fonte, que possam contar também com recursos mobilizados diretamente junto aos cidadãos. No Brasil, os incentivos fiscais para doações a entidades sem fins lucrativos são limitados e privilegiam grandes empresas. Quem doa para uma entidade paga os mesmos impostos que quem doa para um parente ou deixa de herança para os filhos. Em países da América do Norte e Europa, nos quais é mais consolidada a prática de doações para organizações que promovem desenvolvimento e direitos humanos, há um sistema tributário mais distributivo que impõe taxações para as grandes fortunas e grandes heranças. Desta forma, incentiva-se a distribuição de parte do patrimônio acumulado por meio de doações, já que, se os recursos não forem doados, serão recolhidos na forma de impostos. No Brasil, infelizmente, o sistema tributário ainda favorece a concentração de renda e sua transmissão entre gerações.

Outra área em que problemas de insegurança jurídica se anunciam – demandando explicitação e reconhecimento do que é permitido fazer e em que termos – é a dos fundos patrimoniais. Algumas organizações propõem a criação de fundos como alternativa de sustentação institucional. O desenvolvimento dos chamados fundos solidários – alternativa que vêm sendo cada vez mais adotada por movimentos populares que visam a inclusão social e econômica – certamente também será afetado pela falta de marcos legais adequados.

Finalmente, outro ponto em que o marco regulatório das organizações da sociedade civil se mostra anacrônico é a obrigação de que a entidade que goza de imunidades e isenções fiscais aplique todos os seus recursos no Brasil. Ocorre que, cada vez mais, o Brasil e suas OSCs assumem protagonismo na arena internacional, envolvendo-se em iniciativas de intercâmbio e cooperação com outros países. Se, por exemplo, uma entidade brasileira quiser enviar recursos para ajudar as vítimas do terremoto no Haiti ou para organizar uma reunião de intercâmbio com OSCs num país vizinho, estará ameaçada de perder seus benefícios fiscais. Também em escala mundial, portanto,

o dinamismo das organizações da sociedade civil brasileira, está comprometido pelo anacrônico e inconsistente marco legal brasileiro.

Em resumo, depois de mais uma onda de mobilização da sociedade civil e de diálogos com o governo federal, transcorridos 22 meses de gestão Dilma Rousseff, temos desenhadas algumas propostas, outras a serem ainda formuladas e adensadas pelo debate público. Como proposta já bastante desenvolvida e assentada em consensos amplos entre diferentes órgãos da gestão federal e entidades da sociedade civil, um Projeto de Lei que cria um novo instrumento de contratualização, que deve substituir e vedar o uso dos convênios para esse fim. Esse instrumento, o Termo de Fomento e Colaboração, estabelece certos entendimentos que podem fortalecer a institucionalidade da participação cidadã no país. O projeto precisa ainda ser aprovado pela Presidente da República e encaminhado ao Congresso, onde dependerá tanto do empenho do executivo quanto da capacidade de pressão dos segmentos sociais interessados na sua aprovação. Quanto aos demais pontos necessários para promover o engajamento cidadão por meio de organizações – um melhor e mais atualizado sistema de tipificação e certificação das entidades, o fortalecimento de fundos públicos para a participação social, assim como os incentivos para que a própria sociedade também se responsabilize pela sustentação de suas organizações –, há propostas esparsas que precisarão ainda ser mais bem trabalhadas pelo debate público para que se consiga o necessário apoio político para sua aprovação.

Há muito por fazer, portanto. Aos velhos problemas não resolvidos, vão se somando novos, frutos da dinâmica dos movimentos sociais e de suas organizações frente aos novos desafios socioambientais que os animam.

Notas e referências bibliográficas

² *Mensaje a la Asamblea General del For Abierto desde las Organizaciones de la Sociedad Civil Latinoamericana*. ALOP, Mesa de Articulación, Unitas e Coordinadora Civil, Julho de 2010.

³ A esse respeito, ver as publicações da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática de 2007 e Memória Abong de 2009*.

⁴ Levantamentos preliminares do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que os repasses do governo federal para associações e fundações sem fins lucrativos, entre 2005 e 2011, reduziram-se a menos de um terço. Estudo realizado junto às associadas da ABONG indicam que os recursos federais aumentaram sua participação na composição dos orçamentos das organizações: em 2003, eram 37% as que o acessavam contra 60% em 2007. É importante observar que esse aumento é resultado do enorme esforço das associadas para diversificar suas fontes de recursos, antes

concentradas na cooperação internacional: para 80% dessas entidades, os recursos federais não representavam mais que 20% de seus orçamentos em 2007, padrão que se repete no acesso aos recursos estaduais e municipais [Veja: GOUVEIA, Taciana; DANILIAUSKAS, Marcelo. ABONG: panorama das associadas. São Paulo: Abong, 2010]. Estudos com enfoque qualitativo, entretanto, mostram que o acesso aos recursos públicos acontece num ambiente de grande insegurança jurídica e marcado por discontinuidades, sufocando as entidades e comprometendo sua saúde institucional [Ver a respeito: Núcleo de Estudos Avançados do 3º Setor da PUC-SP. Modernização do sistema de convênios da administração pública com a sociedade civil. Disponível em <http://www.pucsp.br/neats/download/NEATS.pdf>, acesso em 23 de outubro de 2012].

⁵ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *Radicalizar a Democracia: a Abong de 2006 a 2010*. São Paulo: ABONG, 2010.

⁶ Ver www.plataformaosc.org.br

⁷ *Relatório Final do Grupo de Trabalho Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2012.



Conheça a Plataforma

por um novo marco regulatório

para as Organizações

da Sociedade Civil

<http://plataformaosc.org.br/>





Jovens participam de oficina do Circo do Mundo Brasil (Layza Vasconcelos/SAAP)

O papel dos fundos de apoio e a ação transformadora dos pequenos projetos

Cleia Silveira¹

¹ Coordenadora do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (SAAP/FASE).

Existe uma infinidade de fundos de apoios a pequenas iniciativas, de diferentes naturezas e propósitos. Foi em 1985 que iniciamos na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) a construção do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), que teria como uma de suas atribuições a gestão de um Fundo de Apoio a Pequenos Projetos (FPP). Vale lembrar que este foi o ano que marca o final do regime militar que governou o país desde 1964. Mesmo com a Lei da Anistia, promulgada em 1979, e com o relaxamento das restrições às liberdades civis, continuamos com o regime militar até março de 1985, após a eleição presidencial de 1984. O momento era de retomada da participação da sociedade e de investimento na democracia.

Neste período, a FASE fazia muitas mediações entre os movimentos sociais que resurgiam e a cooperação internacional. O custo operacional destas operações - que na maioria das vezes implicavam em pequenas quantias de recursos - e o reconhecimento do papel institucional cumprido pela FASE, fez com que algumas agências da cooperação internacional nos desafiassem a assumir a gestão direta de um fundo que atendesse a essas demandas pontuais dos movimentos. A proposta tanto agilizaria o atendimento das demandas destes grupos populares quanto reduziria o custo de gestão dos recursos. Evi-

dentemente, tanto essas agências como a FASE estavam comprometidas com o fortalecimento da organização da sociedade. Entre muitas inquietudes da época, destaco algumas ponderações retiradas do documento de origem do SAAP. Ainda que pudéssemos atualizar alguns termos, o sentido tanto da indagação quanto das afirmativas ainda são orientadoras de todo o trabalho do SAAP/FASE.

Há grupos/projetos que, por não terem existência jurídica e/ou não serem muito conhecidos, não teriam acesso a financiamento (apoios), embora seu trabalho seja válido e adequado ao contexto socio-político. A FASE, por sua experiência de trabalho, de relacionamentos e por sua solidez institucional (e administrativa) poderia se furtar a ajudar a estes grupos?²

Portanto, o que mobilizou a FASE a constituir um fundo é ainda hoje foco de sua ação. Priorizamos as iniciativas de grupos populares que, de alguma forma, contribuam

na construção de um modelo de desenvolvimento com mais justiça socioambiental e que, na forma, primem pela autonomia, participação e geração de novas relações sociais. Daí não atendermos a solicitações de ações individuais ou que promovam projetos particulares (materiais ou políticos). Nossa preocupação central é o fortalecimento do tecido social, como pode ser notado no documento de origem do SAAP, redigido por Paul Laporte, seu primeiro coordenador:

(...) o ponto de partida de toda a colaboração é a nossa concepção de desenvolvimento e do trabalho de Educação Popular. Entretanto, evitar que nossa análise não seja contraditória à nossa orientação geral não pode fazer de nosso fundo a extensão natural de nosso próprio trabalho; são apenas referências para a definição de critérios (...).

A FASE, ao assumir estas novas atividades de intermediação, não deve perder de vista a sua característica básica de entidade de intervenção direta...³

Estes também são cuidados que continuamos tomando, nos quais os limites são tênues. Se, por um lado, devemos respeitar a autonomia dos grupos/movimentos que apoiamos – não os entendendo como a extensão do trabalho da FASE –, por outro lado, como fundo, também não devemos nos confundir e nem tampouco inibir a própria ação de intervenção da FASE. Contudo, a concepção de desenvolvimento e do trabalho da Educação Popular

é o que continua caracterizando o nosso fundo e sendo o mais significativo elo direto com o trabalho da FASE.

Portanto, entendemos que o papel político do fundo se constrói a partir de *seus critérios, de suas escolhas, da inter-relação construída com os grupos apoiados e com outras organizações – sua rede de relações*. Como fundo, não integramos fóruns, movimentos e espaços políticos de construção de políticas públicas. Entendemos que este é um espaço a ser ocupado pelos próprios grupos que apoiamos e buscamos fortalecer, bem como, igualmente, pela própria FASE. Todavia, também como fundo, nos cabe mantermo-nos em sintonia e alimentarmo-nos daquilo que é produzido nestes espaços políticos que retratam as pautas de luta da sociedade organizada.

A dignidade e a força dos que têm seus direitos violados

Discriminados por gênero, raça, orientação sexual ou geracional, os sem terra, os sem teto, os sem meios para produzir sua vida material ou desenvolver suas potencialidades, as vítimas de tragédias climáticas, atingidos diretamente pelas consequências do modelo econômico, cultural, social e político, é para quem se dirige a ação do fundo. Entretanto, aqui não são escolhidos pela vitimização, mas pela capacidade de reagir e de construir propostas e alternativas de reversão da condição que lhes é imposta.

As iniciativas possuem um claro significado de mudança social, ainda que variem tanto os públicos como os sen-

Reunião do Movimento de Mulheres da Zona da Mata de Minas Gerais (Divulgação/SAAP)



tidos das propostas (construção de alternativas, resistência, protesto etc). É importante destacar que as propostas de mudança não se restringem apenas àquelas que buscam interferir na dinâmica de funcionamento do Estado (reivindicando ou ampliando o controle sobre políticas públicas). São inúmeras as que buscam construir alternativas que modificam a forma de fazer, podendo, portanto, estar presente nas iniciativas de cunho promocional, produtivo, cultural etc.

Logo, a aposta está longe de se confundir com a caridade exercida de forma paternalista e que alimenta laços de dependência, que muitas vezes acaba indo na contramão dos processos de mudanças. *A aposta é na força e no reconhecimento da capacidade da sociedade brasileira de se organizar das mais diferentes maneiras, de produzir e reagir a situações adversas. A busca é garantir e reforçar processos locais em curso, em que nem sempre os meios estão disponíveis. Os recursos devem ser apenas um elemento a mais que representem o reconhecimento do próprio grupo e de todo seu investimento.*

É preciso considerar que muitos destes grupos – que existem, resistem e possuem enorme capacidade produtiva, promovendo mudanças – estão, quase sempre, na invisibilidade midiática e que o acesso aos meios de comunicação mais ágeis ainda lhes é restrito. Entretanto, eles se articulam e são reconhecidos localmente. Identificá-los, reconhecê-los e apostar nas suas propostas – que, na maioria das vezes, se contrapõem à ação do próprio Estado – é o grande desafio para os fundos da mesma natureza do SAAP.

Apostar e ver através de vários olhos

Acreditar que vale o investimento nas centenas de novos grupos surgidos nos últimos anos, a partir do local e do específico – como os centros comunitários, as associações comunitárias, os grupos culturais, as pequenas ONGs com ações localizadas –, e que estes cumprem importante papel na mudança de valores, na mobilização local e na solução de pequenos problemas que viabilizaram melhoria nas condições de vida de diferentes comunidades, contribuindo na construção de uma nova cultura democrática, não é uma tarefa muito fácil. Principalmente quando estamos falando de todo o território nacional.

A capilaridade que o SAAP conseguiu ao longo destes 25 anos dispensa qualquer tipo de divulgação de sua existência; ela existe independentemente do nosso controle e de nossa vontade. Neste caso, funciona o famoso “boca a boca”, afinal, mais de 10 mil projetos de todos os cantos do Brasil já transitaram por aqui.

Recebemos projetos de muitos grupos que não conhecemos diretamente, sobre os quais não possuímos a menor referência. Além de pequenos e de localizados em pequenos e médios municípios, não fazem parte do universo midiático e não se encontram nos meios de comunicação mais ágeis. Não adianta procurá-los na internet, eles não estarão lá. O que fazer com suas propostas? A mais simples, a mais segura e também a mais conservadora decisão seria negar o apoio. Se os próprios olhos não podem ver e se estão ausentes nas mídias mais valorizadas, que segurança e que retorno midiático esses tipos de grupos poderiam oferecer? Naturalmente, estas *não são questões relevantes para nosso fundo*; é exatamente aí que queremos chegar, mas, evidentemente, com algum grau de segurança.

Inicialmente, o SAAP se prevaleceu do fato de ser um fundo que estava dentro da FASE, que já possuiu 14 escritórios locais distribuídos em três distintas regiões brasileiras. Entretanto, como o fundo não se restringe nem aos territórios nem aos temas de atuação da FASE, sempre nos preocupamos em estabelecer uma rede de relações com outras ONGs de educação e de assessoria com presença permanente em diferentes territórios.

Estas organizações, além de serem fontes de divulgação do fundo – fazendo com que a informação chegue aos mais variados tipos de grupos populares –, muitas vezes foram também nossos olhos e contribuíram conosco levantando e nos subsidiando com informações atualizadas, movidas simplesmente pelo mesmo compromisso político. Assim como a própria FASE, muitas ONGs agregaram valor para o desenvolvimento do fundo, permitindo assegurar o grau de segurança necessária para o atendimento a grupos com os mais variados tipos de causas e localizados em várias regiões do Brasil.

Nossos olhos igualmente se estendem pela relação de parceria e de troca que mantemos com outros fundos de mesma natureza. Desde 1998, quando criada a Articulação Brasileira de Fundos, da qual participamos ativamente, estreitamos relações mais permanentes com outros fundos e passamos a trocar informações mais sistematicamente, especialmente com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

Analisar, compreender e valorizar as propostas dos pequenos grupos populares que se multiplicam em todo o território nacional depende da capacidade dos fundos em se manter atualizados nos processos, pautas, lutas e análises que fazem as ONGs e os movimentos sociais de maior envergadura. Ainda que muitos destes grupos não estejam articulados a nenhum processo nacional organizativo, seus projetos se inserem, na maioria das vezes, nas mesmas lutas. Seus investimentos e propostas buscam pequenas resoluções mais imediatas de suas vidas cotidianas e os resultados que obtêm revelam como é possí-

vel a reversão de muitas situações através de pequenos investimentos.

A importância dos fundos está diretamente relacionada à sua capacidade de renovação e de adaptação, visto que lidam com uma realidade complexa e nada estática. Os fundos, mesmo mantendo suas identidades, devem estar em constante sintonia com o público a que se dirige. Esta proeza se relaciona diretamente à compreensão de que sua força e seus resultados estão intrinsecamente relacionados aos produtos e aos resultados de uma rede de organizações e movimentos sociais que constituem um mesmo campo político.

Os pequenos apoios e as mudanças nas políticas públicas

Os fundos devem também se manter sintonizados com as mudanças nas políticas públicas, especialmente nos últimos anos, em que se pode identificar alguns investimentos e tentativas de reconhecimento dos grupos populares e de alterações na forma de relação do governo com os mesmos e seus paradoxos.

Não pretendo fazer, a partir deste breve artigo, uma análise mais ampla dos processos de avanço e também de retrocessos das políticas públicas e programas de governo. Destaco um exemplo apenas, com o intuito de relacioná-lo à ação dos fundos de apoio a pequenos projetos.

Em 2003, o Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, se utiliza de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Segundo dados do MDA⁴, mais de 330 tipos de produtos da agricultura familiar hoje circulam no mercado institucional (creches, escolas etc) graças a este programa que contribui para a conservação da biodiversidade, para a afirmação das especificidades das culturas alimentares regionais, valorizando o alimento tradicional e beneficiando 270 mil agricultores familiares.

Porém, mesmo reconhecendo e considerando este avanço, é preciso também observar suas lacunas e necessidade de investimento da sociedade. Emma Siliprandi, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade de Campinas (NEPA/UNICAMP) e Rosângela Cintrão, pesquisadora autônoma, no artigo *As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição*

*de Alimentos*⁵, apontam que ainda é necessário “superar” a identificação normalmente feita na agricultura familiar, na qual família = chefe da família = marido. É preciso também um reconhecimento, por parte do Estado, do valor do trabalho de cada um dos membros da unidade familiar de produção, para a construção de relações mais igualitárias e democráticas no interior da família rural. Consideram, além disso, que muitas práticas abertamente discriminatórias com relação às mulheres são encontradas com muita frequência e encaradas de forma naturalizada.

O fundo de apoio a pequenos projetos do SAAP contribuiu no fortalecimento de muitos grupos tendo em vista sua preparação para o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, especialmente para grupos de mulheres no Mato Grosso. Entretanto, por ter o fundo como uma de suas prioridades o fortalecimento organizativo das mulheres, esta escolha lhe impõem um acompanhamento mais preciso sobre os avanços e as lacunas das políticas públicas neste campo. É nesta lacuna que o fundo deve situar-se, fazer suas escolhas e estabelecer os seus critérios de forma a contribuir para o avanço e a construção de relações mais igualitárias e democráticas. Exercendo assim, de forma indireta, o seu papel político.

O limite e a potência do papel educativo dos fundos

Toda informação e relação que construímos a partir da gestão do fundo se transformam também em recursos para os grupos populares. Portanto, quando defendemos a importância de recursos para o fortalecimento de grupos populares, não nos referimos exclusivamente aos recursos financeiros, apesar destes, neste caso, terem maior centralidade.

Um fundo com o perfil do SAAP deve manter, em todas as suas atividades, a dimensão educativa. Nossa perspectiva não se reduz a garantir um pequeno apoio ao grupo, mas sim a como esta experiência poderá contribuir para que dominem melhor os mecanismos de acesso de outras fontes mais formais. O nível de diálogo, questões, indagações e exigências que incorporamos no processo de gestão do fundo tem como principal objetivo este aprendizado.

Por outro lado, buscamos também dialogar com as propostas, levantando questões e oferecendo outros subsídios de reflexão para que os grupos aprofundem e atualizem seus projetos. Criamos pontes de interlocução e estimulamos que participem de encontros regionais, seminários temáticos, assim como em fóruns e outros espaços da institucionalidade democrática.



Encontro do Grupo Quilombola da Comunidade da Reta de São Mateus – ES (Divulgação/SAAP)

Todas as nossas atividades e metodologia de trabalho consideram que:

- O apoio não deve garantir apenas a execução de ações, deve ser visto como mais uma oportunidade para o desenvolvimento do grupo. O que valorizamos é a continuidade do próprio grupo, o avanço democrático de sua dinâmica e dos mecanismos de transparência, os resultados de sua ação para a comunidade e para a sua auto-organização.
- Cada caso é um caso, toda proposta deve ser lida e potencializar o processo em que se insere.

A renovação e a origem como elementos permanentes

As interrogações da FASE nos anos 80, quando criou o SAAP, sempre acompanharam a sua história. O cuidado do SAAP de não se apropriar indevidamente daquilo que representa o investimento de terceiros está diretamente relacionado à compreensão e à valorização de nosso próprio trabalho, desde seu berço-nascidouro. Ainda, de se compreender apenas como um elo importante dentro de uma cadeia de lutas e conquistas, que fortalece processos autônomos da sociedade brasileira, e dar a isto a importância devida.

Entender que nosso papel é de intermediação para o fortalecimento dos sujeitos políticos – e não de ocupação de seus próprios espaços nem de direcionamento de suas lutas – foi o que sempre nos marcou.

Reconhecer que os pequenos – localizados e nem sempre articulados aos processos organizativos mais amplos – são importantes e contribuem para a construção de resistências cotidianas nos permite optar e aprender com eles.

Entender que nossa contribuição não deve estar situada apenas na conquista de direitos formais – mas de supera-

ção de preconceitos, na transformação de subjetividades e na mudança de valores – tem sido a nossa marca.

Reconhecer e respeitar as diferenças – ou seja, a convicção de que o avanço da democracia e do desenvolvimento é produzido pelas contribuições próprias de diferentes atores sociais – nos permite valorizar o nosso próprio lugar.

Assim, reconhecer que nossa capacidade está diretamente relacionada ao trabalho de tantas outras organizações tem nos permitido renovar e ampliar nosso universo de trabalho.

Apostar nos grupos populares é, antes de tudo, compreender a sua realidade plural e complexa. É apostar em seu protagonismo, ouvindo o que dizem de forma organizada; é entender as diferentes formas como estão abordando e tratando de seus problemas; é respeitar e entender as suas diferentes linguagens e formas de ação e expressão que são processadas dentro de uma sociedade marcada por agudas desigualdades e violações de direitos.

O valor de tudo isso está na construção processual das relações, no acúmulo histórico e na capilaridade construída. O reconhecimento de um fundo se marca pelo tempo de sua existência, por sua capilaridade e por sua capacidade de renovação.

Notas e referências bibliográficas

² LAPORTE, Paul. *Documento de origem do SAAP*. Rio de Janeiro: FASE, agosto de 1985.

³ *Idem*.

⁴ http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=9124151

⁵ SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. *As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos*. IICA, 2011. Disponível em www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTécnicosAbertos/Attachments/310/Emma%20Cademartori%20Siliprandi%20-%20NEAD.pdf



Brincadeira em área de produção familiar e reflorestamento no Pará (Divulgação)

Dema: um fundo que é instrumento da justiça ambiental na Amazônia

Jean Pierre Leroy¹

¹ Consultor da FASE – Solidariedade E Educação. Autor de *Territórios do futuro. Educação, meio ambiente e ação social*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

O Fundo Dema atua junto a comunidades quilombolas do Pará e, no Oeste deste Estado, com a população agro-extrativista, incluindo a voltada para a pesca artesanal, os pequenos produtores rurais e povos indígenas. Historicamente, a relação de simbiose destes grupos com a natureza assegurou a resiliência dela e deles. As famílias, portanto, sempre foram escudos protetores relativamente eficazes contra aqueles que quisessem destruir a floresta ou sobreexplorar as águas. Mesmo parte dos agricultores familiares e camponeses que chegou mais recentemente percebeu a necessidade de buscar métodos agrícolas amistosos com a natureza diante do fracasso das práticas comumente usadas por eles.

Devemos lembrar que o Oeste do Pará é marcado pela rápida expansão da agricultura industrial e da pecuária, que já avança na margem esquerda do rio Amazonas; pela mineração, em particular da bauxita; pelos projetos de barragens hidroelétricos nos rios Xingu e Tapajós; e pela consolidação das infraestruturas, como a Transamazônica e a BR 163, apesar de ainda esperarem o asfaltamento. Ao mesmo tempo, continuam a florescer as atividades predadoras tradicionais: a extração e o beneficiamento da madeira, a grilagem de terras, a pesca semi-industrial, a garimpagem. O caráter da atuação do Fundo Dema na região visa apoiar as comunidades para garantir sua ma-

nutenção e reprodução no território a partir de ações de preservação ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social, se chocando frontalmente, portanto, com o modo de expansão do capital nestas localidades e na Amazônia como um todo.

O peso da injustiça ambiental

Hoje, percebemos que as relações harmoniosas de interdependência, consolidadas ou incipientes, entre os povos e a natureza se romperam ou estão em fase de rompimento – ou porque um grupo populacional está sendo submetido a uma forte pressão externa ou por não conseguir mais se reproduzir senão pela sobreexploração dos recursos naturais do seu território. Em particular, menciona-se a desvalorização da sua produção agrícola e a escassez crescente de certos produtos do extrativismo vegetal e pesqueiro; o fato das políticas públicas, em particular em educação e saúde, não chegarem até o campo; e o apelo a uma vida melhor que a cidade idealizada representa; enfim, sobretudo, a pressão que é exercida sobre os velhos e, mais ainda, os novos empreendimentos.

A definição dada pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) da injustiça ambiental se aplica exemplarmente a elas:

Entendemos por *injustiça ambiental* o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis².

Os sucessivos governos e a maioria da sociedade brasileira entendem que a redução da pobreza e a ascensão social passam pelo crescimento econômico do país, por seu desenvolvimento. Este é associado, de um lado, à exportação de *commodities*, e, do outro, à expansão da oferta de energia, o que torna inevitável, na perspectiva do atual modelo, que a Amazônia seja aceleradamente integrada a esse projeto. Esse crescimento foi historicamente construído graças ao sequestro e monopólio das terras e dos recursos naturais pelas elites econômicas e políticas, detentores do poder político que lhes garantiam o monopólio da justiça e da força, o que lhes permitiu ignorar, marginalizar, excluir e até exterminar povos e populações locais. Resquícios dessa história marcam profundamente as mentalidades e os comportamentos das classes dominantes que tendem a reproduzi-la nas suas ações e políticas desenvolvimentistas.

Neste contexto, pela força ou pela persuasão, as comunidades e grupos sociais – alcançados pelo Fundo Dema,

ou não – se veem compelidos a abandonar suas terras ou a ficar confinados a territórios, áreas de extrativismo, posses ou lotes produtivos que não asseguram mais a possibilidade de reprodução digna das famílias. Vale notar que a injustiça ambiental a que são submetidas essas populações pode ser justificada sob o pretexto de assegurar o bem comum. No caso de Belo Monte, por exemplo, em audiência de Dom Erwin, bispo de Altamira, com o Ex-Presidente Lula, um alto funcionário comentou que alguns milhares de pessoas deviam se sacrificar pelo bem de 180 milhões de brasileiros.

Esse projeto se confronta com os estudos científicos predominantes que confirmam a importância ímpar da Amazônia na manutenção do clima regional e mundial, da biodiversidade do planeta e do estoque de águas doces. Ninguém mais pode ignorar o debate sobre os destinos do bioma amazônico. E, frente ao dilema entre crescimento e preservação, várias estratégias – mencionadas a seguir de maneira simplificada – estão em curso.

A estratégia predominante é a do “*business* como usual”, adotada tanto por setores econômicos atrasados quanto por empreendimentos modernos, públicos e privados. A maioria deles não se importa nem com o bioma – considerado como uma mina a exaurir o mais rápido possível ou como empecilho às suas atividades – nem com as populações locais – estorvo a seus projetos. Por sua vez, empreendedores modernos defendem a existência de parques e de outras áreas de conservação e apoiam as populações locais, suas reservas e territórios, exigindo, em compensação, que seus empreendimentos sejam garantidos. Desta forma, reforçam uma concepção que separa a natureza preservada – sob a estrutura institucional do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – de uma “natureza ordinária”, aberta à destruição. Sua defesa do bioma e seu respeito às populações locais têm como limites a prioridade absoluta frente a outras considerações de ordem ambiental ou social dos seus empreendimentos, considerados intocáveis.

A primeira injustiça ambiental é consequência do atual desenvolvimento e soma-se a ela uma segunda, provocada pelas estratégias que visam compensar a crise ambiental e climática decorrentes deste desenvolvimento – a exemplo da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), do Mercado de Carbono e dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), que não questionam o modelo de produção e consumo, buscando, ao invés disso, saídas via mercado. A análise



Projeto Meliponicultura - Produtores de mel - Itaituba

dominante dessa crise a secciona em compartimentos estanques, separando as mudanças climáticas da erosão da biodiversidade, da diminuição das águas, da desertificação etc. Com isso, tal análise se afasta da compreensão e do modo de vida dessas populações, que detêm uma visão integrada e holística do seu ambiente. Além disso, ao mirar a floresta, as águas e a biodiversidade, a análise exclui o componente humano, numa perspectiva a-histórica e tecnicista. A Amazônia está sendo reduzida a um imenso laboratório de quantificação técnica e econômica, que faz tábula rasa do seu passado e da história dos que souberam viver nela e dela.

O Fundo Dema e muitas outras organizações amazônicas apostam em outro caminho

Frente a esse quadro de injustiça, que coloca em perigo não somente os povos e comunidades locais, mas também o próprio bioma, o Fundo Dema se afirma como promotor de justiça ambiental. São orientadores da sua atuação os princípios gerais adotados pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

Por *justiça ambiental* (...) designamos o conjunto de princípios e práticas que:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso³.

São essas dimensões da justiça ambiental que os objetivos do Fundo Dema expressam:

Fortalecer os movimentos sociais na sua ação de proteção e promoção socioambiental; dinamizar o processo da inclusão social viabilizando experiências agroextrativistas, de pesca, agrícolas e agrosilvopastoris em bases sustentáveis, com equidade de gênero, geração, raça e etnia; fortalecer a cidadania indígena e as comunidades de populações tradicionais; combater o desmatamento e/ou uso predatório de recursos naturais; defender e promover de forma sustentável a Amazônia⁴.

Para os povos e comunidades locais, a realização da justiça ambiental será dada quando as dinâmicas de desenvolvimento para e na região reconhecerem e integrarem sua existência e sua cidadania. Esse reconhecimento dar-se-ia principalmente através de três dimensões das práticas sociais: 1) a primeira dimensão, de qualificação e fortalecimento, diz respeito ao reconhecimento dos seus conhecimentos, da sua visão do mundo e ampliação da sua compreensão da evolução do desenvolvimento do país, da sua capacidade de argumentação, força organizativa, grau de associativismo, do domínio dos seus territórios e autonomia, da manutenção de uma cultura viva etc.; 2) à medida em que se fortalecem, suas reivindicações por justiça ambiental podem encontrar eco no plano do reconhecimento dos seus direitos, seja no âmbito do judiciário, seja no âmbito de políticas públicas; 3) e eles se constituírem em agentes econômicos ativos, capazes de auto-sustentação e de aporte à economia local, regional e nacional, sendo que sua reprodução social e econômica se dá de maneira inseparável com a sustentabilidade do ecossistema, o que os leva a reconhecer que vivem felizes/satisfeitos e com qualidade de vida.

É importante observar que a justiça ambiental se realiza quando essas três dimensões andam juntas. No contexto atual – no qual poder executivo e poder legislativo apostam no “crescentismo”, e, por isso, não hesitam em fazer da região amazônica a nova fronteira de um desenvolvimento a qualquer custo –, as populações locais não têm vez e voz senão como beneficiárias de políticas marginais. Qualquer política que reconheça seus direitos e seu papel na preservação do ecossistema e que queira que elas se consolidem a partir de suas identidades como agroextrativistas, pescadores, camponeses/agricultores e agricultoras familiares, somente poderá avançar com seu “empoderamento”, seu fortalecimento.

Os 244 projetos apoiados até agora buscam, de diversas maneiras, fortalecer os sujeitos locais e garantir vida digna às famílias. Para ficarmos em apenas um exemplo, o projeto Açai com Farinha, do Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, demonstra a resistência de mais de cem famílias ao avanço de grandes empreendimentos na região de Santarém. As atividades garantiram o fortalecimento do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a criação de um plano de uso do território e a valorização de seus recursos naturais.

Mas a luta por justiça ambiental na Amazônia não é travada por suas populações somente em prol de seu futuro. É uma luta que interessa a toda a humanidade, pois o modelo em curso levará de maneira inexorável à destruição do bioma amazônico, o que terá consequências incalculáveis, colocando em risco a alimentação e a saúde dos setores mais desprotegidos, muito além da região, que se tornarão vítimas de uma injustiça ambiental de efeito retardatório. Frente a um modelo de desenvolvimento predador – que privatiza e mercantiliza a natureza, destruindo-a ou sujando-a, submetendo-a ou sugando-a –, povos e comunidades locais apresentam, conscientemente ou não, uma economia dos *Comuns*.

Os Comuns aqui referidos são “posse”, território, assentamento, quilombo, reserva extrativista (Resex) etc. de povos indígenas, comunidades tradicionais, camponeses/agricultoras e agricultores familiares que os gerem, mas

são também bens comuns da humanidade. Apresentar essas áreas como *Comuns* não quer dizer que elas são obrigatoriamente coletivas ou que tudo o que se faz nelas é coletivo. Elas são *Comuns* porque cada pessoa e cada povo ou comunidade, para além de eventual interesse individual imediato, sabe que a subsistência e a reprodução sua, da sua família, da sua comunidade ou do seu povo, é historicamente ligada à preservação do ecossistema em que vivem.

Entendemos que os indicadores de justiça ambiental dependem principalmente do comportamento dos agentes públicos e privados e dos seus empreendimentos; portanto, não podem ser obtidos somente a partir da avaliação dos projetos apoiados pelo Fundo Dema. Também concluímos que, sem efetiva participação e incidência nos processos que decidem sobre políticas públicas e sobre os empreendimentos que afetam a região, a sobrevivência e o futuro dessas populações continuarão ameaçados. Por fim, a justiça ambiental supõe que elas sejam consideradas como atores econômicos. Não se trata de fazer delas meros guardiões da natureza e testemunhas do passado. Esta perspectiva indica que os investimentos em educação e formação tenham que ir muito além de projetos limitados no espaço e no tempo.

Apesar das dificuldades descritas, a existência do Fundo Dema na Amazônia fortalece a resistência dos povos diante das contradições existentes e do desenvolvimento econômico. Assim, podemos afirmar, diante dos resultados obtidos até agora e levando em conta a importância da região amazônica diante da crise climática mundial, que o alcance do Fundo Dema, ao se tornar instrumento de justiça ambiental, ultrapassa em muito sua área de atuação.



Projeto Mulheres Resgatando Cidadania - Placas



Notas e referências bibliográficas

² ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. _____. *Justiça ambiental e cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.14.

³ *Idem*.

⁴ Cf. diretrizes do Fundo Dema”.



Luta contra violência de gênero é tema direto ou indireto de muitos projetos (Marcello Casal/ABr)

Pequenos recursos aprofundam raízes de grupos nos territórios

Fundos populares ajudam a estruturar luta capilarizada pelo país:
mulheres estão entre principais beneficiadas destes apoios

Livia Duarte¹

¹ Jornalista da FASE

Construir a noção de direitos humanos de ponto a ponto. Tecer como um tapete os laços de solidariedade, de amizade, e a força para enfrentar questões tão graves e com tantas implicações quanto a violência contra as mulheres. É mais ou menos este um resumo da história do Centro de Mulheres Urbanas e Rurais de Lagoa do Carro e Carpina, duas cidades da Zona da Mata de Pernambuco. Em Pombos, outro município da mesma região, a busca de reconhecimento no sindicato de trabalhadores e a indignação pela falta de saúde pública foi o mote para um trabalho que caminha no sentido do enfrentamento das opressões de gênero. Em Altamira, no Pará, as mulheres se reuniram pela indignação contra o assassinato de crianças e a violência de gênero. Logo perceberam que temas cotidianos como o acesso à água também as unia. E assim foram desaguando um longo trabalho de conscientização sobre Justiça Ambiental e igualdade de gênero. Os três casos têm em comum o crucial apoio de fundos destinados a pequenos projetos e nos servem aqui como testemunhos de que pequenas somas podem gerar mudanças com raízes profundas. As pernambucanas receberam apoio do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da Federação de Órgãos para Assistência Social

Educacional (SAAP/FASE), dentre outros. Já as paraenses contaram com o Fundo Dema.

Outro fato em comum entre as entrevistas que pode nos ajudar a refletir sobre a formação e o fortalecimento de sujeitos coletivos e a pensar nas mudanças promovidas por pequenos apoios somados à persistência e criatividade dos grupos é que foram ouvidas três mulheres. A escolha, no entanto, não deve ser encarada como mera coincidência, visto que, em boa medida, o destino do aporte de fundos populares – destes e de muitos outros – é dirigido a grupos mais fragilizados, com mais dificuldade de obtenção de recursos por outros meios. As estatísticas que mapeiam a sociedade brasileira ainda mostram que são as mulheres – e as mulheres negras, em seguida – o grupo que mais sofre as consequências das desigualdades socioeconômicas e das injustiças ambientais. Por outro lado, não há dúvida sobre o poder de multiplicação que têm as mulheres quando apoiadas em suas lutas e projetos – o que combina bastante com a noção de que pequenos fundos são formas de estimular a solidariedade popular-comunitária e que eles colaboram para que os projetos finquem raízes profundas nos territórios.

Tapeçaria e direitos humanos

Maria José Barbosa de Souza Aquino, a Zita, conta que foi em 2005 o encontro entre professoras que acabou gerando o Centro de Mulheres Urbanas e Rurais de Lagoa do Carro e Carpina, hoje uma ONG “com o objetivo de fazer com que as mulheres tenham vez e voz e o direito à cidadania”. O tema da violência contra mulheres – seja física ou institucional – motivou as ações desde o princípio.

“O nosso primeiro projeto foi o *Viver Sem Violência é um Direito das Mulheres*, apoiado pelo SAAP. Nossa mola era justamente ensinar direitos humanos, mas tendo a estratégia do artesanato, já que os maridos não permitiriam aprender direitos humanos, mas poderiam ser convencidos a deixar as mulheres participarem de uma atividade que, ao final, poderia até gerar renda. Começamos com o bordado em fita, mas depois descobrimos que a nossa história era a da tapeçaria. Então, junto com a cidadania e autoestima das mulheres, o trabalho ajudou a resgatar o artesanato regional: desde 2007 fazemos desfiles de moda para exibir o trabalho e, pela quarta vez em 2012, participamos da Fenearte, uma feira mundial. A parte negativa é que não conseguimos ajudar a todas, nem todas conseguem se libertar. Mas a maioria conseguiu, eu inclusive, lutando contra tudo o que existia”, narra Zita, ponderando que, apesar de não ser um trabalho que consegue “exterminar a violência doméstica, mesmo porque é uma coisa muito forte na região”, ele ajuda muito na medida em que aquelas que são violentadas têm o direito de conhecer a Lei Maria da Penha. “Estamos indo para o 4º Seminário sobre a Lei e, assim, elas sabem dos seus direitos e já estão agora fazendo denúncias em delegacias”.

Hoje, as mulheres de Lagoa do Carro e Carpina também trabalham articuladas a outras, a partir da Rede em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Mata Norte e Centro, atuando com a organização de audiências públicas nos municípios, cobrando as políticas públicas, realizando manifestações e vigílias na rua contra a violência de gênero. Mas não chegam aí sozinhas. Zita lembra que, além de recursos, é preciso capacitação e diálogo com outras entidades – como o SAAP/FASE, SOS Corpo

e outras mais – para poder caminhar. E conclui: “E hoje eu vejo não uma mudança total, porque, você sabe, uma máquina, a gente joga fora a velha e coloca uma nova para utilizar, mas o ser humano, a gente tem que sensibilizá-lo para poder, depois de anos, ver a mudança. Não é verdade?”.

(Divulgação/SAAP)



Gênero e Justiça Ambiental

O movimento de mulheres na cidade de Altamira, no Pará, começou a se mobilizar mais ou menos em 1991, conforme nos contou Antônia Pereira Martins, a Toinha. Ela destacou que a motivação era enfrentar a violência contra crianças e mulheres e, a inspiração, uma Campanha da Fraternidade da Igreja Católica. A partir de 2000, comenta, o olhar das mulheres ganhou a inflexão das questões ambientais: “Passamos a atuar na luta em defesa do Xingu. Percebemos que essa questão da água tinha tudo a ver. Moramos na maior bacia hidrográfica do mundo, mas muitas mulheres não têm acesso à água potável, por exemplo”.

O dia a dia da luta das Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTACC), frisou Toinha, é de muito trabalho: “a verdade é que a gente faz de tudo! Acompanha a mulher na delegacia quando sofre violência... estamos atentas. Cobrar a questão das políticas públicas, participamos de conselhos de controle social... parece um trabalho invisível, até porque somos muito fraquinhas nesse negócio da comunicação, apesar da internet. Mantemos também o infocentro, que é nossa sede”. A sede do grupo, aliás, está entre os apoios recebidos pelo Fundo Dema, lembrado com mais carinho. “O movimento de mulheres de Altamira foi uma das primeiras entidades a captar recursos pelo fundo e a fundação do Dema foi a primeira vez na Amazônia em que vimos um crime [a retirada ilegal de mognos, depois apreendidos e doados para formar um fundo para o desenvolvimento sustentável] virar uma coisa boa”.

Além disso, Toinha destacou as preocupações atuais: “Sabemos que quando o município sedia uma grande obra, como Belo Monte e outras – é bom dizer que além da hidrelétrica existem outros projetos imensos aqui –, aumenta ainda mais a violência de gênero... Por isso, o movimento de mulheres também participa junto à universidade de um projeto de mobilização no sentido da prevenção à violência sexual. Inclusive, fizemos várias visitas nos canteiros das obras. É muito difícil, mas queremos sensibilizar os trabalhadores”.

Em um momento no qual há grande oferta de recursos na região para projetos, ela ressalta a importância de fundos para pequenos projetos, a exemplo do Fundo Dema: “Eu digo assim, que este é um fundo único nesta região porque o dinheiro chega de fato na ponta. Aí, eu costumo dizer que é do pequeno que se faz o grande, porque agora, com essa história de Belo Monte, só se fala em milhões e milhões, mas nós vemos que, sem preparação, há coisas ruins acontecendo deste dinheiro: veja as comunidades indígenas que pegaram voadeira, motores; aí, vêm mais fácil pra cidade pra acessar álcool, prostituição... enfim, é uma coisa negativa. No Fundo Dema é outra coisa, tem

oficinas de formação sobre Justiça Ambiental e outros temas, não é só oficina para lidar com o dinheiro, são muitos encontros. Também gênero é um tema presente nestes debates, o que infelizmente ainda é muito raro em nossas entidades, em outros espaços da nossa própria base, das nossas próprias organizações, principalmente nos sindicatos dos trabalhadores rurais. Há muito machismo ainda, muito preconceito contra as mulheres. E é por isso que seguimos aqui”.

Igualdade dentro e fora do sindicato

“Na década de 1980, fui uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos (PE) e, dentro do sindicato, começou a opressão para que as mulheres não tivessem oportunidade, não tivessem voz. Como eu era a única mulher diretora de um sindicato de trabalhadores rurais da Zona da Mata, a perseguição era maior. Então, eu chamei algumas companheiras e disse: ‘a gente vai ter que buscar um local para discutir os problemas nossos e nos reforçar para que a gente continue dentro desse espaço. Porque é uma espaço muito machista e muito excludente’” – passa por esta convocatória a história da Elizeth Maria da Silva, trabalhadora rural que hoje coordena o Centro das Mulheres de Pombos.

“Quando a gente fundou o Centro, não tinha noção de financiamento. Então, a gente fazia uma vaquinha e pagava o aluguel, a água e a luz. Em 1989, em contato com o Centro das Mulheres do Cabo, recebemos a sugestão de entrar em contato com o SAAP/FASE e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) para pedir apoio. Em conjunto com o SOS Corpo, elaboramos a primeira proposta, ainda me lembro, para a gente dar continuidade ao trabalho de formação política em relação aos direitos da mulher na saúde que já desenvolvíamos. Foi esta a nossa grande bandeira no início do Centro”, conta Elizeth.

O primeiro recurso do SAAP, por exemplo, foi pequeno, algo como R\$ 3 mil. “Para nós, era um dinheiro enorme, dava para fazer todas as articulações porque, na zona rural, precisava alugar carro. Atingimos mais de 30 comunidades trabalhando com a questão do câncer do colo uterino e de mama e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Naquela época, não se ouvia falar em AIDS, mas havia outras doenças venéreas e a gente já começa-

va a trabalhar o uso da camisinha”. Na opinião de Elizeth, não teria sido possível se articular tanto e atingir tantas mulheres apenas com o trabalho voluntário de algumas, sem os pequenos fundos.

O tema da violência contra a mulher – um problema muito grave na região, onde muitas já foram assassinadas e o machismo domina também os espaços públicos, como delegacias – passou a ser um foco do trabalho com o fortalecimento da Rede em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres. “É importante que a gente tenha a ajuda desses fundos para que possa sentar, programar, discutir, ver as dificuldades que estão havendo na região... E, junto com os parceiros fazer ações, provocar incidências que deem um resultado de viabilizar a organização das mulheres. Sempre, a questão da formação política faz parte desse trabalho”.

Sobre as mudanças provocadas em Pombos e em outras cidades pela incidência das mulheres na vida pública, Elizeth parece não ter dúvidas. Ela não está mais no sindicato desde 2001. Mas, hoje, existe uma secretária de mulheres e outras diretoras – e não só na suplência – da organização de classe. Ela testemunha também que a participação feminina na região – não apenas em seu município – tem “quantidade e qualidade”. “Estamos em diversos conselhos de políticas – Desenvolvimento, Saúde, Ação Social, da Criança e do Adolescente. Muitas mulheres são hoje agentes de saúde, com um envolvimento diferenciado, porque saíram do movimento social e desenvolveram uma visão sobre o que é um trabalho coletivo, um sujeito político e a importância das mulheres nesse contexto. Então, isso para gente é muito gratificante. É resultado do trabalho das organizações dentro da Zona da Mata e com a ajuda desses pequenos fundos”.

(Abuela Tejiendo)





Festival da Cidadania: jovens estão entre público constante dos fundos de apoio (Divulgação/FLD)

Fundo de projetos: apoio solidário para promoção de justiça e transformação social

Angelique van Zeeland¹

¹ Assessora de Projetos da Fundação Luterana de Diaconia, membro do Grupo de Assessoria para Políticas e Práticas de Desenvolvimento da Aliança ACT, doutoranda em Economia em Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: angelique@fld.com.br

Apoio Solidário

“Com a Justa Trama, nós mulheres mudamos, acreditamos em nós, nos valores de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e solidariedade, nossa cooperativa mudou, Rondônia mudou”. O depoimento da Maria Dalvani de Souza, da Justa Trama – Cadeia Solidária de Algodão Ecológico de Rondônia, durante o seminário *Mulheres Transformando a América Latina*, realizado em 2011 em Porto Alegre, mostra a importância do apoio solidário a projetos sociais. E indica a ocorrência de mudanças significativas na vida das mulheres, o aumento da autoestima e da autonomia e a melhoria nas relações sociais – dimensões que são importantes no processo de desenvolvimento transformador e em sua contribuição para a erradicação da pobreza.

Na compreensão da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e da Aliança ACT², o desenvolvimento transformador tem como objetivo mudanças positivas e duradouras na vida de afetados pela pobreza e pela injustiça, identificando as pessoas como os principais atores da sua própria mudança e reconhecendo que isso significa rejeitar qualquer estrutura ou sistema que perpetue tais condições ou o abuso dos direitos humanos e a destruição do meio am-

biente³. Esta concepção dialoga com a abordagem das capacidades, que, de acordo com o economista indiano Amartya Sen, se concentra na vida humana e propõe um deslocamento da concentração nos meios de vida até as oportunidades reais de vida⁴.

No período de 2000 a 2011, a FLD, através do seu principal programa, o Fundo de Projetos (FP), apoiou 595 projetos de grupos e organizações da sociedade civil em todo o Brasil, privilegiando o primeiro projeto de grupos pequenos, comunitários – muitas vezes de atores emergentes, em busca de uma chance de estruturar melhor seu trabalho. O objetivo é o fortalecimento destes grupos populares, organizações comunitárias, comunidades eclesiais, instituições diaconais e movimentos sociais, bem como do trabalho em rede e da incidência em políticas públicas voltadas para a promoção de justiça e a transformação social.

A partir de 2010, a FLD passou a trabalhar com editais temáticos e, em alguns casos, também com enfoque geográfico. Como exemplos, podem ser mencionados editais nas áreas de Promoção de Direitos, voltado para projetos de juventudes e o direito humano à comunicação; de Justiça Econômica, voltado para projetos de economia solidária e comércio justo; e de Justiça Socioambiental, voltado para projetos de soberania e segurança alimentar,

aliados à valorização do ecossistema e à conservação de biomas, a saber, Cerrado e Pantanal em 2010, Amazônia em 2011 e Caatinga em 2012.

A adoção de editais por áreas temáticas e geográficas levou a uma mudança na distribuição de projetos. No período 2000-2009, a região Sul concentrava 52% dos projetos apoiados e a região Sudeste 28%; juntas, concentravam 80%, ficando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com, respectivamente, 14%, 4% e 2%. No período de 2010-2012⁵, com a realização de editais específicos, observa-se uma melhor distribuição regional, respectivamente 41% na região Sul, 20% na região Sudeste, 16% na região Nordeste, 7% na região Norte, 9% na região Centro-Oeste e 7% em projetos de âmbito nacional, principalmente de redes nacionais. Houve uma diminuição da concentração na região Sul e Sudeste de 80% para 61% e um aumento nas demais regiões de 20% para 39%. Em relação à distribuição por áreas temáticas também observe-se mudanças. No período de 2000 a 2009, 52% dos projetos apoiados se concentravam na área de Educação Popular, 17% em Geração de Trabalho e Renda, 19% Agricultura Familiar e Ecologia, 9% Saúde Comunitária e 3% outros. No período de 2010-2012 os projetos apoiadas estavam distribuídos da seguinte forma: 34% Promoção de Direitos, 34% Justiça Econômica, 19% Justiça Ambiental, 12% Diaconia e 1% Emergências⁶.

Trabalho em Rede

A experiência de trabalhar a partir de temáticas específicas e com enfoque geográfico potencializa um processo de seleção mais qualificado e mais criterioso, assim como um aprofundamento da metodologia de acompanhamento e de trabalho em rede. Além da análise de relatórios e de banco de dados, a troca de mensagens, telefonemas, reuniões e visitas possibilitam o acompanhamento coletivo e a capacitação dos grupos apoiados.

Entre 2010 a 2012, foram realizados três encontros e um processo de acompanhamento coletivo, incluindo a sistematização e a produção conjunta de conhecimento. Os encontros proporcionaram o intercâmbio entre projetos de uma região ou de uma das áreas temáticas. Houve igualmente encontros visando à interação entre projetos de diferentes áreas temáticas para criar redes de atuação e de incidência.

A publicação do livro *Os 2 Rios – Um Diálogo entre Juventudes e Projetos Sociais* e o lançamento do vídeo *Histórias de Protagonismo Juvenil* foram resultado do processo de reflexão e sistematização coletiva de 10 projetos de jovens no Rio Grande do Sul e de 10 no Rio de Janeiro

promovido pela FLD em parceria com o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (SAAP/FASE). Os jovens refletiram sobre temas como protagonismo, trabalho em rede, mudanças em suas vidas a partir do projeto e incidência em políticas públicas. A importância do apoio solidário a grupos de jovens e do processo de acompanhamento coletivo pode ser demonstrado pelo depoimento dos jovens do grupo Nós da Mídia do Fórum de Educação da Restinga (FERES) em Porto Alegre:

Nós somos uma rede porque temos muitos grupos trabalhando juntos, cada um fazendo o que sabe e nos unindo para as nossas ações. Existe protagonismo jovem porque também somos educadores nas atividades e participamos de decisões das propostas de trabalho. A maior mudança que sentimos acontece quando fazemos coberturas de festas da escola, pois antes, éramos só alunos e muitos de nós tínhamos problemas escolares, mas agora somos recebidos como comunicadores populares⁷.

O Encontro Nacional de Projetos Diaconais, realizado em 2011, contou com a participação de 30 instituições e iniciativas de projetos diaconais gerenciados por paróquias e comunidades eclesiais. O Encontro proporcionou o intercâmbio entre os projetos oriundos de todas as regiões e o fortalecimento das organizações, além de capacitação referente ao tema de economia solidária e comércio justo, contribuindo para a qualificação das iniciativas. Desta forma, pôde estabelecer relações entre os projetos de justiça econômica com os projetos diaconais.

Isabel Cristina de Souza Cunha, da cooperativa Cooperbom, participou da capacitação apresentando sua experiência. No relato, reforçou a importância do apoio da Creche Bom Samaritano e dos Fundos de Projetos nos primeiros anos da criação e de fortalecimento da cooperativa, que se iniciou com mães e pais das crianças atendidas na creche e que trabalha principalmente com alimentação. Após quinze anos de existência, a cooperativa conta hoje com 56 pessoas, entre mulheres e homens, e um grupo de 12 jovens. Como lições, ela menciona o processo de autogestão, o gerenciamento dos recursos e as relações de gênero: “Hoje quem está na cooperativa, está porque quer, porque acredita”.

Em 2012, foram realizados dois encontros de acompanhamento coletivo. Em Mato Grosso do Sul, participaram 20 membros de projetos de segurança alimentar e conservação dos biomas Cerrado e Pantanal, além de

organizações parceiras, dentre elas, o Instituto Marista de Solidariedade (IMS). Tal encontro proporcionou uma aproximação entre pequenos projetos locais com outros que já têm uma caminhada e uma atuação regional, um aprofundamento referente a questões como biodiversidade e políticas públicas nesta região.

No Rio Grande do Sul, o encontro garantiu a interação de projetos das áreas temáticas Justiça Socioambiental e Justiça Econômica. Participaram 40 pessoas de 22 grupos e organizações de economia popular solidária, agricultura familiar, segurança alimentar e ecologia. O encontro proporcionou a capacitação para preparar e comercializar alimentos com frutas nativas, as articulações entre grupos urbanos e rurais, bem como entre grupos e organizações de apoio. Como resultado, foi formada uma rede nas áreas de incidência em políticas públicas de economia solidária, de preservação ambiental e de uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade.



Encontro no RS para acompanhamento coletivo de projetos sobre justiça econômica e socioambiental (Divulgação/FLD)

Promoção de Justiça e Transformação Social

A partir da experiência do Fundo de Projetos da FLD, dos encontros da Articulação Nacional de Fundos de Pequenos Projetos – que ocorreram no período de 1996 a 2006 – e dos encontros dos Fundos de Pequenos Projetos de América do Sul – desde 2008, promovidos por Pão Para o Mundo e pelo Serviço de Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED), atualmente integradas na Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento –, podemos afirmar que os FP são uma ferramenta importante de transformação social e uma forma expressiva de solidariedade popular-comunitária. A dimensão solidária dos FP se expressa na sua acessibilidade para grupos de base que não encontram facilidades com outros apoios, no apoio solidário a iniciativas

inovadoras de caráter local, na promoção de processos de aprendizagem e produção coletiva de conhecimento, bem como no estímulo de articulação entre experiências locais e na formação de redes de incidência em políticas públicas.

De acordo com o encontro dos Fundos de Pequenos Projetos de América do Sul, realizado em 2011, os Fundos de Pequenos Projetos estão no início da cadeia de efeitos exitosos. Esta cadeia parte do enfoque diaconal, com o apoio para projetos de pessoas em situação de pobreza. Os processos de capacitação e de conhecimento dos direitos levam a empoderamento e criação de estruturas. Estes resultam num desenvolvimento que incorpora atividades sociopolíticas e forma redes de reivindicação de direitos. O efeito é uma sociedade civil fortalecida, atuando politicamente.

Segundo Evans, a ação coletiva, por meio de grupos comunitários, movimentos sociais, fóruns e conselhos e o fortalecimento dos espaços deliberativos e sua contribuição efetiva para as políticas públicas são necessários para o processo de desenvolvimento⁸.

A contribuição dos Fundos de Projetos para a transformação social – desde o apoio solidário a projetos de organizações de base, via formação de redes e fortalecimento dos movimentos sociais até a incidência em políticas públicas – pode ser demonstrada a partir do apoio a projetos dos catadores de materiais recicláveis. Uma primeira contribuição dos FP, da FLD e de outras organizações gestoras de fundos foi o apoio pontual a várias pequenas iniciativas que formaram uma rede de cooperação e que, em 2001, se organizaram no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Uma dimensão de notável contribuição (...) é a do apoio à constituição e fortalecimento de atores sociais emergentes a partir do apoio sucessivo a pequenos projetos articulados com tal finalidade. (...) A FLD teve um papel muito significativo no Rio Grande do Sul e na região Sul no processo de os catadores serem reconhecidos como um novo ator no atual contexto social e político, representando uma parte da população mais excluída e marginalizada na sociedade⁹.

Com a constituição do MNCR, o movimento avançou na articulação com diversas instâncias governamentais e dentro de vários programas sociais do governo federal nos quais os catadores são o público alvo, tais como Brasil sem Miséria.



Galpão de catadores de materiais recicláveis em Porto Alegre/RS (Divulgação/FLD)

Criei seis dos meus sete filhos em cima do lixão e trabalho ali até hoje. Mas é uma situação terrível. Temos tentado melhorar a nossa situação e agora, com a formação, temos mais força, conhecemos nossos direitos; tenho muita honra em participar deste movimento. Não viemos aqui buscar favor. Viemos buscar oportunidades.

Este é o depoimento da Dona Tujira da Silva Cardoso, catadora há 26 anos em Uruguaiana, liderança do MNCR, durante o lançamento do Programa Estadual de Erradicação da Pobreza Extrema – RS Mais Igual. Depoimentos como este mostram a importância da solidariedade popular-comunitária através do Fundo de Projetos para a promoção de justiça e da transformação social, elevando a autoestima e ampliando a autonomia das pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade, fortalecendo as organizações comunitárias e os movimentos sociais, incidindo em políticas públicas e estendendo a participação efetiva no processo de desenvolvimento transformador.



Notas e referências bibliográficas

² ACT é uma aliança de mais de 130 organizações, que trabalham em 140 países, com desenvolvimento, defesa dos direitos humanos e ajuda humanitária.

³ ACT. A guide to assessing our contribution to change. Genebra: ACT, 2010. Disponível em: <http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/impact-assessment/IA-Guide-eng-v1.pdf>.

⁴ SEN, A. A idéia de justiça. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 267.

⁵ Dados até setembro de 2012.

⁶ A atuação em emergências iniciou em 2011 e está em fase de estruturação.

⁷ FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. Os 2 Rios: Um Diálogo entre Juventudes e Projetos Sociais. Porto Alegre: Gráfica Centhury, 2010. p. 19.

⁸ EVANS, P. Collective Capabilities, Culture, and Amartya Sen's Development as Freedom. Studies. In Comparative International Development, v. 37, n. 2, Summer 2002.

⁹ ARMANI, D. Op. cit., p. 45-46. (OU, se a exclusão do trecho que contém a nota 5 for aceita) ARMANI, D. Fundação Luterana de Diaconia: uma idéia muito feliz: Relatório final da avaliação externa da Fundação Luterana de Diaconia 2000-2010. Porto Alegre: FLD, 2010. Disponível em versão resumida como Balanço Social em http://fld.com.br/arquivos/Balanco_Social_completo_Versao_final.pdf. p. 45-46.



Atuação em projetos para mudar a realidade (Divulgação/Fundo ELAS)

Os Movimentos Feministas, de Mulheres e os Fundos Sociais

Madalena Guilhon¹

¹Coordenadora geral do Fundo ELAS, jornalista, fundadora da ONG CEMINA e Conselheira Consultiva da *Global Fund for Women*.

O ELAS Fundo de Investimento Social (anteriormente denominado Fundo Angela Borba de Recursos pra Mulheres) é o único fundo brasileiro voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo e da defesa dos direitos de meninas, jovens e mulheres. Ao longo de mais de onze anos de atuação, o ELAS já apoiou 226 grupos em todas as regiões brasileiras (alguns deles, mais de uma vez) e repassou diretamente mais de R\$ 3 milhões. Além de organizações com trajetória já consolidada, o Fundo tem financiado pequenos grupos informais que dificilmente conseguiriam obter recursos para suas atividades, apesar do impacto que têm no fortalecimento do movimento das mulheres por todo o país.

A ideia de criar um fundo para financiar os movimentos feministas e de mulheres no Brasil surgiu quando Amalia Fischer, feminista mexicana, veio estudar e morar aqui em 1995. Ela já conhecia a experiência de fundos de mulheres, era consultora voluntária de Mama Cash, Fundo de mulheres da Holanda, tinha contato com *Global Fund for Women*, dos EUA, além de ser doadora de Semillas, Fundo de mulheres do México.

Com a saída do Brasil de grande parte das agências financiadoras internacionais, Amalia viu que havia a necessidade estratégica de criar um fundo específico para dar apoio e autonomia aos grupos e organizações de mulhe-

res. Dialogou com outras feministas ativistas brasileiras e, em 2000, realizou-se no Rio de Janeiro o Seminário Internacional *Mulheres, Recursos Financeiros e Responsabilidade Social*, com a participação de um grande número de organizações da sociedade civil e respaldado pelo movimento de mulheres. Assim nasceu o Fundo Angela Borba de Recursos para Mulheres (uma homenagem à ativista feminista carioca falecida em 1978), que em março de 2009 passou a se chamar ELAS Fundo de Investimento Social.

As mulheres são as principais agentes de transformação da sociedade. Quando se investe nelas, a vida de seus filhos, de suas famílias e das pessoas à sua volta se transforma, gerando resultados diretamente nas comunidades, cidades, Estados e, por fim, em todo o país. Uma mulher protagonista da sua história é uma grande incentivadora da sua própria mudança e também da mudança na vida de outras e outros que estão ao seu redor. Por isso, além de apoiar financeiramente e dar acompanhamento aos grupos e organizações de meninas, jovens e mulheres, o ELAS oferece capacitação em direitos humanos, resolução de conflitos, administração e finanças, comunicação e marketing e outros temas que possam auxiliar o grupo ou organização na execução do projeto e na sua trajetória. Isso permite amplificar o impacto do projeto e obter resultados.



Meninas e mulheres de várias regiões apoiadas pelo ELAS (Divulgação)

O Fundo apoia os grupos em áreas temáticas específicas, com prioridades de acordo com as necessidades dos movimentos: autonomia econômica e fim da pobreza de mulheres e meninas com foco nas relações de gênero, raça e etnia; redução do número de mulheres e meninas em situação de violência; meio ambiente, desenvolvimento justo e sustentável; mudança climática e seus impactos; direitos sexuais e reprodutivos; cultura, comunicação, arte e esportes, além de ampliação no acesso à educação; ações relacionadas aos cuidados da saúde de meninas, jovens e mulheres; inclusão às tecnologias de informação e de comunicação; respeito à diversidade étnica, racial, sexual, geracional.

Ao apoiar grupos e organizações de mulheres que atuam em áreas diversificadas, o ELAS possibilita que estas criem estratégias e ações em função das suas necessidades e das demandas de outras moradoras destas comunidades. Um exemplo de tal diversidade pode ser visto quando nos debruçamos sobre os projetos apoiados durante esses 11 anos de atividade. O auxílio do Fundo tem se dado tanto no caso de grupos de mulheres indígenas que realizam articulações políticas com objetivo de melhorar sua condição, de grupos de mulheres de áreas populares que formam empreendimentos econômicos e geram renda, assim como de grupos informais de negras e quilombolas que atuam na resistência cultural e contra a discriminação étnico-racial, passando ainda por organizações com longa trajetória na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos ou que realizam ações para prevenir a violência em suas áreas de atuação. Cada um dos projetos beneficiados focou no desenvolvimento de uma necessidade específica, o que contribuiu para o seu fortalecimento. Além dos concursos de projetos, o Fundo tem realizado consultorias para empresas, públicas e privadas, dando capacitações internas e ajudando a criar programas de responsabilidade social ou de investimento em mulheres.

O ELAS realiza um monitoramento contínuo através de questionários de avaliação de processo e de relatórios de resultados parciais e finais, através dos quais gera indicadores de resultados sobre os impactos na vida das mulheres e da comunidade. Os grupos e organizações já apoiados podem concorrer com um novo projeto, desde que estejam com os relatórios finais e a prestação de contas aprovados. O ELAS também já deu apoios eventuais – pontuais ou emergenciais – e, em alguns casos, o grupo se torna referência em sua área de atuação e pode ser convidado a colaborar com o Fundo na elaboração de estratégias específicas para aquele tema.

O balanço que o Fundo ELAS e seus apoiadores têm feito do investimento realizado é positivo no sentido de que as mulheres multiplicam os resultados com os recursos que recebem. Não são contabilizados apenas os inúmeros seminários, oficinas, reuniões, viagens, feiras, materiais didáticos, audiovisuais, gráficos e produtos para

venda realizados pelos grupos no período do projeto, mas igualmente as importantes mudanças ocorridas nas vidas de suas integrantes, afinal, estamos falando de pessoas. A partir da consciência de se sentirem capazes, há uma melhora na autoestima, mudanças nas relações com a família e com a comunidade, e tais mulheres ficam mais bem informadas, sendo que algumas voltam a estudar enquanto outras entram no mercado de trabalho.

O Fundo ELAS não atua de forma isolada, participando das seguintes redes nacionais e internacionais: Rede de Esporte pela Mudança Social (REMS), Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social, Rede Internacional de Fundos de Mulheres (IWFN), Consórcio de Fundos de Mulheres Latino Americano (ConMujeres), Rede de Fundo de Mulheres dos EUA (WFN). A coordenadora executiva, Amalia Fischer, é *fellow* Ashoka e Synergos e membro dos Conselhos do *Urgent Action Fund* (UAF) e Fundo de Ação Urgente da América Latina e Caribe (FAU). Em 2011, o trabalho do Fundo ELAS foi considerado uma tecnologia social através de seleção da Fundação Banco do Brasil, quando ficou entre os três primeiros lugares dentro da temática “mulheres”. Em 2013, concluiremos a avaliação dos primeiros 10 anos de atividade do Fundo ELAS.

Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social

Os Fundos Sociais Independentes são uma nova tendência na filantropia mundial. Diferenciam-se por atuar pela justiça social de forma autônoma e com recursos que vêm de fontes diversificadas: doadores físicos e jurídicos. Também atuam em áreas múltiplas que vão desde meio ambiente, passando por raça, sempre com reforço nos direitos humanos. No Brasil, em março deste ano, foi criada a Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social, cuja missão é promover e diversificar a cultura filantrópica nacional e garantir a ampliação dos recursos para a justiça social.

Fazem parte da Rede oito organizações: Fundo Brasil de Direitos Humanos, Baobá Fundo para a Equidade Racial, Brazil Foundation, CASA Fundo Sócio Ambiental, Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), Instituto Comunitário da Baixada Maranhense, Instituto Rio e o ELAS Fundo de Investimento Social. A Rede está aberta para a participação de novos fundos, sob critérios específicos, bastando aos interessados entrar em contato com qualquer um dos atuais integrantes da Rede.

A Rede se propõe a: fortalecer o desenvolvimento institucional das organizações que a compõem; incentivar a doação vinculada a causas com foco em direitos humanos,



Break dance (Divulgação)

equidade racial e de gênero, direitos socioambientais e desenvolvimento local sustentável; ampliar e diversificar a base de doadores para a justiça social, desenvolvendo estratégias específicas para cada tipo de doador; contribuir para a consolidação de um cenário favorável na lógica de atuação dos Fundos.

As mudanças que estão sendo propostas para um novo marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são muito importantes para a sustentabilidade das organizações que realmente se dedicam a um trabalho social no país, inclusive para os próprios Fundos Independentes. Porém, elas não são suficientes caso não haja evolução e mudanças na estrutura das próprias organizações e na relação com outros possíveis financiadores, o que diversificaria as possibilidades de mobilização de recursos e divulgaria seus trabalhos através dos meios de comunicação, com a consequente mudança de suas imagens públicas.

O cenário atual aponta, portanto, para a necessidade de mudanças que facilitem o investimento social de doadores individuais, empresariais e de outros setores, fortalecendo as organizações. Ao mesmo tempo, destaca-se a necessidade de processos de gestão e de desenvolvimento mais apurados nas instituições que compõem o movimento social brasileiro de forma a potencializar todas as oportunidades de mudança e difusão dos direitos humanos e da justiça social.

Entrevista

Adriana Galvão Freire

Fundos Rotativos Solidários: expressão de uma construção autônoma da economia

Por Livia Duarte¹



FRS de Furnas - Areial/PB (Divulgação/ASPTA)

“Os fundos rotativos incentivam a organização comunitária, promovem a autonomia e o aprendizado da cidadania de seus membros”, com esta frase, Adriana Galvão Freire, assessora técnica da ASPTA – Agricultura familiar e agroecologia, consegue resumir a importância do trabalho que ajuda a construir na área de abrangência do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, agreste da Paraíba. Na entrevista a seguir, realizada por e-mail, detalha os resultados do trabalho que garante a construção da economia das comunidades, por elas. Entre os efeitos em destaque, a ruptura das relações com bancos tradicionais – que geram o grave problema do endividamento –, o rompimento de relações históricas de subordinação à elite e ao poder local e a construção de uma econo-

mia emancipadora dos jovens, das mulheres e de cada comunidade.

FASE – Você poderia explicar o que são fundos rotativos e contar um pouco da experiência que acompanha na Paraíba?

FREIRE – Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) constituem-se como uma importante ferramenta de financiamento e de democratização das inovações agroecológicas dos agricultores e agricultoras da Paraíba. São sistemas econômicos que se apoiam nos laços sociais de reciprocidade e de ajuda mútua e no resgate das práticas de partilha pré-existentes nas comunidades rurais.

Na Paraíba, observamos inúmeras modalidades de fundos rotativos que fortalecem as economias comu-

nitárias, podendo envolver a circulação ou não de moeda: os Bancos de Sementes Comunitários (BSC), que têm como objetivo permitir o acesso às sementes no momento certo do plantio. O financiamento desse insumo agrícola é realizado por meio de empréstimo aos BSC que funcionam como estruturas de estoques/reserva para garantir os meios de produção após períodos de adversidades climáticas. Temos também os fundos rotativos de animais, que, de forma semelhante, facilitam a constituição ou melhoramento de plantéis por meio do repasse de crias para novas famílias. E, ainda, os fundos rotativos com circulação monetária para a constituição de uma poupança comunitária que possibilita a aquisição de um bem material. A poupança gerida coletivamente é constituída a partir da contribuição das famílias

¹ Jornalista da FASE.

e/ou é estimulada por um capital externo e tem sido fundamental na promoção da transição agroecológica e na busca da sustentabilidade econômica dos sistemas familiares. Por meio dos fundos solidários, as famílias constroem cisternas de placas, barragens subterrâneas, implementam campos de palma, produzem cercas de tela de arame, adquirem infraestruturas ou materiais para a comercialização e, ainda, reformam estruturas individuais – como banheiros, casas, telhados etc. – ou coletivas – como a ampliação de açudes, tanques de pedras etc.

E quais as vantagens – ou desvantagens – desta iniciativa?

Uma vantagem é que os fundos rotativos solidários são instrumentos de autofinanciamento que se ajustam e valorizam as especificidades sócio-organizativas, culturais e econômicas das comunidades. Na prática, as formas de organização e de gestão funcionam de maneira muito diversa, variando de comunidade para comunidade. De forma discutida e consensuada, cada grupo cria e segue suas próprias regras de uso, não sem antes aprender com a prática de outros grupos. Nesse processo, os intercâmbios são fundamentais para a socialização de erros e acertos. A troca de informações traz referências novas para a reflexão coletiva e para a construção de uma percepção comum de que as comunidades são capazes de se constituir como agentes econômicos autônomos e autogestionários. Os fundos estimulam formas de auto-organização comunitária e o exercício de processos democráticos de decisão na gestão dos recursos coletivos, na construção de mecanismos de prestação de contas e transparência. Estimula também o aprendizado individual de relacionamento com os sistemas de financiamento, seja a capacidade de poupança e/ou pagamento.

Se a gestão é comunitária, é local, o

uso do recurso se dá intimamente ligado às necessidades e à realidade das famílias: não adquirem um boi se não têm como alimentá-lo, mas podem comprar uma cabra ou uma ovelha, ou podem organizar o criatório das galinhas ou, ainda, adquirir estume para tratar a fertilidade da terra. Ou seja, a família incorpora na sua economia outros fatores – como a estabilidade ou a flexibilidade produtiva –, dando mais capacidade aos seus sistemas para enfrentar ou se recuperar de conjunturas adversas, como o longo período de estiagem que vivemos em 2012.

Mais do que o aprendizado sobre a gestão coletiva de recursos, os fundos rotativos incentivam a organização comunitária, promovem a autonomia e o aprendizado da cidadania de seus membros. Os fundos rotativos vêm se constituindo em ferramentas importantes de construção de autonomia comunitária e de ruptura com relações históricas de dependência e subordinação que marcam a cultura clientelista instituída pela elite e pelo poder local.

É possível dizer que Fundos Rotativos têm como característica a capilaridade? Como isso se apresenta nas experiências que você acompanha?

Acredito que sim. Os fundos rotativos fundamentam-se na mobilização e na valorização dos recursos locais para alavancar processos de inovação técnica, econômica e sócio-organizativa. Isto, sem dúvida, vem permitindo a inclusão social e econômica de atores que são naturalmente excluídos de projetos de desenvolvimento – como as famílias mais pobres, as mulheres e os jovens. Este processo favorece que eles possam integrar as dinâmicas de



Apesar de todas as vantagens, a consolidação de fundos rotativos não é um exercício fácil, pois muitos programas públicos são orientados por uma lógica distributiva e de atendimento individual.

inovação, fundamentais para a superação da pobreza. Na Borborema, a experiência que começou com um grupo de 10 pessoas em 1993, hoje já envolve uma rede com mais de 80 comunidades.

Apesar de todas as vantagens, a consolidação de fundos rotativos não é um exercício fácil, pois muitos programas públicos são orientados por uma lógica distributiva e de atendimento individual, terminando por desestabilizar e comprometer os mecanismos de reciprocidade, de ajuda mútua e de auto-organização essenciais para a emancipação das famílias e das comunidades mais empobrecidas. O Brasil Sem Miséria, por exemplo, chega numa outra lógica – de criação de soluções mais individualizadas – e, ao invés de fortalecer as capacidades locais, muitas vezes acaba por desorganizar inúmeras dessas iniciativas.

Na edição de julho de 2012 da Revista Agriculturas, encontramos um artigo interessante sobre a história dos Fundos Rotativos na Paraíba. Você pode contar algumas diferenças que testemunha na vida dessas famílias?

A comunidade de Gameleira, em Massaranduba, citada nesse artigo, é realmente um exemplo de sucesso. Ao conhecerem em 2001 uma experiência de fundo rotativo em um município vizinho, a comunidade organizou um sofisticado sistema de

gestão econômica e, hoje, em 2012, já possuem em caixa R\$ 27 mil. Todos da comunidade possuem duas cisternas de placa para armazenar água de beber. Possuem também caixas de abelha, cercas de tela, canteiros econômicos, animais e muito mais. Na voz de Juvenal, liderança da comunidade: “o fundo rotativo solidário fez melhorar a união do povo. O povo perdeu o acanhamento, transformou-se em pessoas mais envolvidas, mais populares. Até na educação melhorou, no entendimento, na amizade, o povo se tornou mais amigo, mais parceiro, tudo isso através do fundo rotativo”.

Em Areal, um município que tem por característica solos rasos e arenosos, a comunidade de Furnas se organizou em torno de um fundo rotativo de esterco. Ainda que o fundo apoie outras iniciativas, de outubro até fe-

vereiro, quando as famílias preparam a terra, toda arrecadação é guardada em poupança para comprar carros de esterco. Começaram com cinco carros a R\$ 250,00 e já estão movimentando mais de R\$ 6 mil. Com o dinheiro em caixa, conseguem maior poder de barganha e crédito no mercado. Hoje em dia, não vão mais atrás de quem vende estrume, mas são os fornecedores que vêm até a associação oferecer o produto e, com a organização, conseguem descontos de 15 a 20%.

Sem contar com as experiências individuais de transformação. Muitas agricultoras, por exemplo, puderam reorganizar seus sistemas produtivos por meio do acesso aos fundos solidários e a partir disso, promover a segurança alimentar pela possibilidade em aumentar a diversificação produtiva. Passaram a acessar mercados: às

vezes o da vizinhança, mas há muitos casos de mulheres que passaram a acessar as feiras agroecológicas da região e que estão construindo sua própria economia.

E há impactos mais específicos sobre a vida e a organização das mulheres também no caso dos fundos rotativos?

Para responder essa pergunta, queria relembrar a fala da Nalva, uma agricultora de Remígio, da comunidade de Lagoa do Jogo, analisando sua experiência com os FRS: “Hoje eu me sinto uma mulher realizada e diferente porque antes eu via as pessoas e não tinha vontade nem de conversar, ficava só ouvindo as pessoas falar. Não tinha vontade de conversar, de me abrir. Hoje não! Hoje eu já converso com todo mundo. Eu

Nalva em seu quintal na comunidade de Lagoa do Jogo, Remígio-PB (André Telles/ActionAid)





Os fundos solidários seguem na contramão.

acho que até como mãe, como mulher, eu acho que melhorei muito. Eu passo isso para minhas amigas, para as minhas vizinhas. Eu acho que já veio muita coisa para essa comunidade através de mim, posso dizer assim, porque comecei a participar e a passar para as amigas, para as vizinhas, porque era importante vir o fundo rotativo de telas, das ovelhas. Eu acho que foi porque eu comecei a participar, então eu posso me orgulhar disso. Eu acho que as mulheres participando – porque os homens já participam –, mas acho que depois que eu fui é que aqui, na minha comunidade, mudou bastante coisa, principalmente para mim. Eu me sinto realizada e vou continuar participando”!

Por aí vemos que os fundos solidários mexem em vários aspectos na vida das mulheres. Primeiro, dão chance às mulheres de repetir em suas casas a experiência de outras. Ela visita, debate e volta estimulada a fazer algo parecido em sua casa. Por meio do fundo rotativo, a agricultora dá materialidade a um conjunto de inovações.

Depois, vemos que no momento em que levam a inovação – seja uma tela para criar galinhas ou um animal para dar início ao seu plantel – também exercitam a construção de novas relações de poder na família. Explico melhor trazendo o caso de uma outra agricultora, a Cláudia, de Lagoa Seca. Quando chegou em casa com um rolo de arame para construir um cercado para suas galinhas, seu marido lhe indicou o final da propriedade, já que moram em um terreno muito pequeno e a plantação de laranja, a cultura de renda, chega praticamente até a casa. Cláudia então respondeu “mas não vou criar boi, vou criar galinha, tem que ser ao lado de casa”. O fim desta história é que Cláudia implantou seu

galinheiro ao lado de casa, já aumentou de tamanho duas vezes; hoje seu marido a leva para as reuniões do grupo de mulheres do Sindicato e ela é gestora do fundo rotativo da comunidade.

Quer dizer: adquirir um bem com sua própria capacidade muda a relação da mulher com os demais membros da casa. É uma forma de dar chance de superarem a privação de recursos financeiros para construírem e/ou implementarem suas escolhas e, sobretudo, se beneficiarem delas. É dar oportunidade para que possam fazer o que querem fazer e, sem dúvida, isso interfere nas redes de relações sociais em que estão inseridas. Cláudia nos mostra que essa reconstrução não é livre de conflitos mas, com certeza, permite a tomada de consciência de suas capacidades e, com isso, a construção de novas relações.

Por fim, a organização coletiva para resolver seus problemas, o exercício da gestão coletiva de recursos e o aprendizado da gestão econômica possibilitam oportunidades reais para que exercitem suas capacidades. Nalva nos ensina que a conquista da autonomia e da autoestima levam à superação de barreiras. Hoje ela não tem mais medo de falar, de participar e tem plena consciência de que sua participação é transformadora, que ela permite ganhar controle sobre si e sobre os meios necessários para sua existência e

de seu grupo. Sabe, ainda, que esse poder que vem de dentro precisa ser constantemente renovado, e, assim, a importância de se manter em grupo.

O endividamento é uma questão cada vez mais importante na vida das famílias agricultoras. Fundos podem ajudar a mudar esta realidade?

Boa parte do endividamento dos agricultores está associada às características do sistema bancário e dos sistemas oficiais de crédito: menos flexíveis, com regras rígidas de pagamento, descontextualizados das realidades locais, orientados por uma visão produtivista vinculada à lógica da revolução verde e extremamente excludentes. Os fundos solidários seguem na contramão. Como vimos, os FRS são mais flexíveis, ajustam-se a necessidades locais, são incluídos, geradores de autonomia. E, por serem ancorados na reciprocidade e na ajuda mútua, as comunidades constroem alternativas para a manutenção da poupança coletiva: fazem bingos, trocam serviços, recebem animais etc. para que não falhe o pagamento. Na economia dos fundos rotativos, entram outras “moedas”: o autoconsumo, o insumo produtivo, a diversificação produtiva, as infraestruturas, mas também a autoestima e o empoderamento das famílias.

Beneficiários de FRS de Gameleira, Massaranduba-PB (Divulgação/ASPTA)



Entrevista

Marcus Faustini

Agência Redes para Juventude: abrindo portas



Formação de equipe (Divulgação)

Por Livia Duarte¹

“Um mar de possibilidades.” É o que se lê no braço tatuado de Marcus Faustini, coordenador da Agência Redes para Juventude, e o que se entreouve, como desejo e objetivo, quando ele descreve este projeto: abrir espaços e ampliar as possibilidades para que jovens de seis comunidades pacificadas do Rio de Janeiro desenvolvam – e quem sabe tirem do papel – suas ideias e projetos. A Agência não é uma experiência clássica de fundo popular como aquelas narradas na maior parte dos artigos desta Revista Proposta. No entanto, nos chamou atenção, a partir de uma parceria recém firmada de apoio com o SAAP/FASE. Esperamos que a conversa, cujos trechos apresentamos a seguir, também sejam inspiradoras àqueles que refletem sobre a atualidade e os novos caminhos possíveis para os diálogos com

jovens, para o incentivo ao nascimento de novos sujeitos coletivos e o futuro dos fundos populares no Brasil.

Proposta – Antes de mais nada, pediria que explicasse este projeto.

A Agência Redes para Juventude é uma metodologia para mobilizar. Gostamos de frisar bastante isso. E tem dois aspectos: primeiro, tenta mudar a relação do jovem da favela com a cidade, com os projetos sociais e com sua entrada na vida social. O jovem da favela foi eleito por muito tempo como objeto de programas sociais, mas sempre a partir do paradigma da carência, da ausência, como alguém para quem era necessário levar coisas. Ou seja, era

visto como desprovido de potência. A metodologia da Agência acredita que é preciso superar esse tipo de paradigma porque todos os programas que partem daí produzem pouca mobilidade, pouco resultado de transformação na vida dos jovens, pouca participação. E, além disso, é tudo muito calcado na ideia de talento, vão atrás de talento... Nosso critério é outro: partimos do princípio de que são potentes, com muitas ideias e que são seres desejantes. Esse jovem só está fora das redes e do repertório da cidade. Os únicos repertórios plásticos que chegavam pra eles eram o tráfico, a Igreja, e eles aderiram a esses repertórios. O mundo do trabalho... O que a gente precisa fazer então é inventar um método de aproximá-los das redes e dos repertórios.

¹ Jornalista da FASE.

Isso parte um pouco da minha experiência de vida; eu nasci no Cesarão, um dos maiores conjuntos habitacionais da América Latina que fica em Santa Cruz [Zona Oeste do Rio de Janeiro]. Venho de uma família popular nordestina muito grande e consegui produzir mobilidade no campo do extraordinário... Eu me virei sozinho, conhecendo pessoas na cidade e redes, acessando repertórios da cultura... E foi por isso que comecei a ver que era possível transformar essa trajetória de vida num método, para que isso pudesse acontecer com mais pessoas.

Proposta: Sair do extraordinário?

Sair do extraordinário. Porque não adianta só salvar o extraordinário talentoso, democracia é quando você faz para o ordinário. Então, a Agência é uma metodologia estética e não trabalha com produto cultural, mas o ambiente dessa metodologia, o "experimento", é cultural. Podem sair projetos sociais ou de educação, mas o que este jovem vivencia é uma experiência estética. De outro lado, essa metodologia também quer mobilizar sujeitos para interferir no território. Durante

muitos anos, os movimentos sociais pensaram os territórios como lugar de ação final. A gente pensa a partir do território... durante muito

tempo se priorizou a ideia da disputa programática da sociedade. A gente não considera que isso é errado, mas insuficiente para o tipo de disputa de direitos que a gente tem que fazer hoje. O Capital quer controlar os territórios e, se a gente não mobilizar os sujeitos pra interferir, não criamos comunidades fortes para que sejam um lugar de direitos.

Eu sou de uma geração de favela em que dizia assim: "vamos sair daqui

porque aqui não tem nada". A gente quer contribuir um pouco na cultura de que, a partir do meu território, eu posso estar no mundo.

Proposta – E como funciona, exatamente?

Dura um ano da entrevista até você exprementar o seu projeto em ação. Entrevistamos 1200 jovens por ciclo, de porta em porta, perguntando: "qual o seu projeto, o que quer fazer? Como sua ideia pode contribuir para o seu território?" E ninguém tinha escutado esse jovem ainda. A seguir, selecionamos 300 por ciclo e entram numa metodologia onde vão conviver com 50 universitários tutores e desenvolver a ideia, que pode ser mudada até quatro vezes. E existe uma distinção entre projeto e ideia, eles chegam com a ideia. Começam a estudar, então, por exemplo, como fazer um inventário – se é de moda a ideia: os criadores que têm relação com isso, a moda no território, quem são as costureiras, quem é a senhora que vende roupa de porta em porta, o que os meninos e as meninas falam na praça sobre moda... com isso estamos botando os jovens para agir no

“

A gente quer contribuir um pouco na cultura de que, a partir do meu território, eu posso estar no mundo.

seu território e desenvolver sua ideia. Os universitários tutores ajudam a pesquisar quem pensa o tema na cidade e marcar encontros para esse jovem desenvolver suas ideias. E a gente tem jovem funkeiro, evangélico, militante...

Eles vão se conhecendo e acabam formando um grupo com o qual defenderão as ideias diante de uma banca. As 30 melhores ideias por ciclo ganham R\$ 10 mil cada. Seguem então para a prática em uma "desincubadora", na qual discutimos foco da ação, orçamento, acompanhamos a intervenção no território. Depois tem nova banca pra defender a con-

solidação do projeto; participam também empresas e o poder público que podem ajudar a bancar os projetos. Foi o espaço onde fizemos uma parceria com o SAAP/FASE, que disponibilizou parte do seu fundo. Então, de alguma forma, é como um fundo, mas não um fundo que apenas premia as boas ideias que chegam. Ela ajuda a desenvolver do princípio, antes de ser projeto. Também não é para reparação daqueles atores já organizados, com dicção própria, programática... Nós fazemos uma inflexão sobre quem está começando. Dá pra dizer que é um fundo mais primário, de incentivo.

Proposta: De fato, os artigos desta Proposta descrevem experiências de fundos para projetos que já existem, como você descreve. Outro ponto é que falamos de ideias de grupos. Como é no caso da Agência? Também apóiam indivíduos?

Tem ideias individuais, mas incentivamos o coletivo. A gente não premia grupos já existentes, pelo contrário, queremos que o grupo existente no território incorpore o jovem não como aluno, mas como parceiro de projeto, protagonista. Não temos sede nos territórios, trabalhamos em parceria com as ONGs e o poder público em cada território. É outra razão para dizer que é uma metodologia: o jovem não é da Agência e daí também o nome, vem de agenciar, negociar o reposicionamento desses jovens no jogo social.

Proposta – E o que pode nos dizer sobre a escolha de trabalhar com jovens? Sempre ouvimos esta opção ligada a palavra "desafio". E por falar em palavra, vocês dizem no material de divulgação que o desafio é desenvolver "um novo vocabulário". Por quê?

Temos a crença de que o primeiro a romper é com o espaço-tempo em que o jovem está colocado, que é o



Grupo de estudos (Divulgação)

do receptor. Precisamos criar outro e, então, a invenção de palavras é decisiva. A agência é quase um *game*, com universo próprio, palavras próprias, no qual cada um tem metas, ações, códigos, tem defesa, tem encontro, tem emoção... o que que é a emoção no dicionário? É a base da moral. É quando a sua visão de mundo fica abalada. Emoção não é sentimento. Sentimento é uma das categorias da emoção. Então, a gente trabalha pra abalar a visão de mundo desse jovem. Por isso a estética, por isso a arte como um elemento de trabalho. Não é que a arte seja um dos elementos, o próprio ambiente é artístico, é estético, é de "experimento" e não de ensinamento... todo mundo tem que tomar decisão estética quando trabalha dentro da Agência. Então os desafios são grandes: os jovens chegam às vezes com um discurso – que agora eles já dominam, porque são rápidos também – mas muitos chegavam dizendo: “o jovem da favela é carente...” e a gente começou a romper com esse paradigma, dis-

cutindo que o simbólico institui o real. Se a gente cria um mundo simbólico potente, a gente inventa uma realidade potente.

O principal pra gente não é o jovem aprender. É manter a audiência dele. Tem jovem que vem pela bolsa no começo, que vem namorar, que vem porque tem uma ideia, outros porque não tem nada melhor na tarde de sábado, ele quer alguma coisa para interação, e a gente vai pegando esses desejos e vai criando uma ação comum para descobrir. Porque essa juventude, essa geração, é marcada pelo desejo de agir. Ela quer agir antes de aprender. O que a gente faz? Coloca ela em ação e vai dando repertório à medida do desenvolvimento das ações.

Proposta: E as ideias dos projetos com os quais os jovens chegam, para nos dar alguns exemplos?

São ideias muito potentes. No Borel, uma *lan house* que recupera computa-

dores e doa pra comunidade e dá aula de software livre. Nós temos um grupo de teatro que conta a história dos moradores do Borel e faz teatro em ruas que estão escuras pra chamar a atenção do poder público. Outra ideia é o site de notícias jovens da Cidade de Deus, tem projeto para o atendimento às meninas grávidas na Providência, que mapeou todas as grávidas, o que poder público nunca conseguiu. Tem comida, produtora de eventos, projetos de meio ambiente e coleta seletiva de lixo... banda de jazz no Cantagalo, projeto de turismo, marca de roupa que contrata as costureiras da comunidade e para todos eles, o que a gente pede em contrapartida é a relação com o território, que sejam meio para ajudar a desenvolver o território. Os projetos mostram que o jovem da favela tem uma grande consciência, está muito antenado. E eu não estou falando dos engajados, que já se vestem de militante. Estou falando daquele que, andando na rua, pelos preconceitos que a gente tem, não diríamos

que é um líder, mas a gente acredita que é. Só não tinha entrado ainda nas redes e nos repertórios de liderança. O que a gente ganha com isso? Ganha movimento social, que traz liderança com novas dicções, ganha sociedade que vê esse jovem num outro campo... são ideias muito consistentes e a resposta é muito rápida. E pra mim esse jovem é um ativista. Ele pode não fazer passeata, mas a passeata dele é fazer projeto. Porque eles querem inventar algo para suas vidas e seu território.

Proposta: Também no material de propaganda da Agência, vemos no texto do Luiz Eduardo Soares, a distinção de duas modalidades possíveis de intervenção na sociedade: via política pública e via sociedade civil. Entendo que vocês estão pegando a via da sociedade civil. Voltando a outros fundos, vejo que têm, pegando a via da sociedade civil, o objetivo de traçar a via das políticas públicas. Este é de alguma maneira o objetivo de vocês?

Sim, central. A Agência não quer ser uma super ONG, queremos produzir uma experiência na sociedade civil para influenciar o poder público. E tem outras experiências no Brasil, como o SAAP mesmo, que

estão dando frutos consistentes pra demonstrar por onde se pode caminhar. Para mim, a estética do Estado é a escala. Mas, que eu tenho visto, tirando o Bolsa Família – que a gente respeita muito porque tem escala e porque mostrou que o Estado podia ter escala em política pública com os pobres – é o Estado mimetizando as ONGs. Imitando, fazendo um programinha pra 500 pessoas... e diz que isso é política pública. Queremos disputar esse lugar e dizer: “não, olha, o Estado agora tem que transformar em política pública algumas experiências que são hesitasas”. Uma organização da sociedade civil, no meu entendimento, não pode fazer isso com, sei lá, 40 mil pessoas, que eu acho que no Rio de Janeiro seria um impacto grande. Acho que a gente cria um modelo para influenciar, demonstrar, e aí, na política pública, outras adaptações terão que ser feitas.

No meu entendimento, como um cara de origem popular, é preciso mudar essa invenção que influencia políticas públicas e projetos de que o jovem de favelas tem que ser um atendido. Essa maneira hierarquizada, jesuítica, não generaliza democracia. Precisamos inventar um novo ambiente para gerar mais mobilidade, mais conexões, novas metodologias e precisamos disso

porque a sociedade brasileira está ficando mais complexa. A sociedade urbana, a juventude urbana, popular. Precisamos entender para radicalizar a democracia, que é o campo em que eu me coloco hoje. Eu quero ver a sociedade brasileira radicalizando a democracia, mas, para isso, tem que ter visibilidade dos corpos e dos modos de fazer. Precisamos dialogar com os jovens.

Proposta: E espaços constituídos como conselhos de juventudes são lugares de radicalizar democracia?

Acho que não é eficiente. Acho que os conselhos cumprem um papel decisivo na institucionalização e na intimidade do poder público com os movimentos sociais. Só que eu acho que está mudando, a participação social hoje não é mais só dos organizados que representam os inorgânicos. Precisa de uma democracia participativa, e não representativa. A Agência tenta ser uma das experiências nesse campo. Acredito que esses conselhos dão conta de um aspecto dessa luta pela radicalização da democracia, que é do campo institucional, e eu acho que tem outro campo, que é o da multidão. Não é tratar mais a multidão como inorgânica e uma coisa que a gente vai representar como organizado.

Primeiro estúdio de criação do Batan (Marina Moreira)



Entrevista

Silvio Isopo Porto

Um fundo de Estado com cara de fundo popular



Trabalhadores assentados (Ghustavo Távora)

Editado por Livia Duarte¹

Nesta breve entrevista à Revista Proposta, o diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Silvio Isopo Porto, fala de fundos no formato desenvolvido por organizações da sociedade civil na perspectiva dos fundos públicos. Na opinião de Porto, inspirado neste formato, o Estado poderia promover uma nova relação com a sociedade civil, garantindo autonomia financeira e desenvolvendo capacidade de gestão das organizações, ao mesmo tempo em que abriria portas para a construção conjunta de políticas públicas. Esta “conversa” – realizada por e-mail a partir de questões da assessora do Programa de Segurança Alimentar, Agroecologia e Economia Solidária da FASE, Maria Emília Lisboa Pacheco – é motivada por uma nova iniciativa da Conab, que busca este caminho.

Como Porto contará nesta entrevista, um Acordo de Atuação Conjunta entre a Conab e o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve funcionar como fundo com o objetivo de fortalecer as organizações produtivas da economia familiar que atuam no âmbito de políticas públicas ligadas ao abastecimento. Saiba mais a seguir.

PROPOSTA – No seu ponto de vista, qual a importância dos fundos para as organizações populares?

PORTO – Recolocar esse tema na agenda é de grande importância, tendo em vista que abre espaço para outras questões que merecem reflexão. Entre essas, o desenvolvimento de políticas públicas e a qualificação das já existentes para que fortale-

çam as organizações sociais e lhes assegurem autonomia financeira e política.

Nesse contexto, entendo que a possibilidade de estabelecer fundos com origem de recursos públicos – a serem geridos diretamente pelas organizações ou mesmo pelo poder público – requer um desenho capaz de assegurar facilidade ao acesso.

O crédito público tem hoje uma lógica bancária que, em muitas situações, não se aplica à realidade das diferentes organizações. Ainda, o crédito bancário nivela os desiguais, sendo que as instituições bancárias têm muita dificuldade de incorporar as pequenas organizações e seus associados pelo conjunto de exigências de documentação e pela baixa capacidade de pagamento. Esta situação, por vezes, emperra processos

¹ Jornalista da FASE.



A possibilidade de implantar ações ou políticas públicas que reforcem essa estratégia de fundos certamente trará mudanças no contexto da relação Estado com a sociedade.

e torna o crédito público em recurso inacessível.

Outro aspecto, não menos relevante, é o desenvolvimento de capacidades de gestão que esses recursos poderiam promover ao serem geridos ou operacionalizados diretamente pelas organizações sociais. Podemos citar como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Embora não tenha característica de fundo, o fato dos recursos serem depositados antecipadamente na conta da organização faz com que o PAA também promova necessariamente uma qualificação na gestão interna (administrativa, financeira, contábil) dos grupos beneficiados. Ainda, o programa gera maior transparência e modifica as relações internas de poder.

A possibilidade de implantar ações ou políticas públicas que reforcem essa estratégia de fundos certamente trará mudanças no contexto da relação Estado com a sociedade. Essa mudança pode contribuir para a defesa da tese de que as organizações sociais podem ser sujeitos de direitos, indo além do “receber” ou “acessar”, para, sim, “implementar” políticas, compartilhando essa execução com os órgãos de governo.

Outro bom exemplo de organizações sociais executando políticas públicas é o da Articulação Semiarido Brasileiro (ASA) no desenvolvimento dos programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Embora os recursos geridos pela ASA – oriundos, em sua maioria, do Ministério do Desenvolvimento Social – não se constituam em um fundo, estes permitiam, até

2010, que a Articulação promovesse todo um processo prévio de diálogo na comunidade para definição e construção das cisternas de placa e demais alternativas para a captação e a armazenagem de água para beber e para produzir. Hoje, com o Brasil sem Miséria, foi introduzida uma outra lógica de acesso das famílias – a “busca ativa”.

Por fim, o formato dos fundos (nos moldes dos fundos populares) rompe preconceitos de que, *a priori*, as organizações não são capazes de gerir recursos públicos. Da mesma forma, isso pode promover mudanças na concepção e na relação com as organizações sociais, por parte do Estado, no reconhecimento de que estas podem ter competência e ser boas gestoras de recursos públicos.



O formato dos fundos (nos moldes dos fundos populares) rompe preconceitos de que, *a priori*, as organizações não são capazes de gerir recursos públicos.

Abre maior espaço para democratizar o Estado, empodera as organizações sociais e capilariza a própria ação estatal, incorporando diversos grupos inseridos nos diferentes biomas brasileiros, em especial o público da reforma agrária, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os demais povos e comunidades tradicionais.

Que desafios há para implementar uma proposta de fundo com este formato dos fundos populares a partir do Estado?

Duas considerações são importantes para avançar na perspectiva da implementação dessa estratégia – e que necessariamente estão interligadas: decisão política e mudança

no marco regulatório. Em primeiro lugar, o Governo tem que estar disposto a caminhar por essa linha de atuação, o que exige enfrentar as adversidades políticas e assumir que a implementação das políticas públicas também pode ser realizada com envolvimento mais direto das organizações sociais. Ultrapassada esta etapa, seguramente será possível iniciar um processo que incorpore este novo desenho ao marco institucional e que as ações desencadeadas se configurem numa estratégia que reforce esta concepção de Estado.

Como exemplo, seguindo essa linha de raciocínio, na última reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 2013, foi assinado um Acordo de Atuação Conjunta entre a Companhia Nacional de Abastecimento e o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social para fortalecer as organizações produtivas da economia familiar que atuam no âmbito do PAA, do Programa Nacional de Alimentação (PNAE) e da Política de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (PGPMbio). Nessa primeira fase, o BNDES está disponibilizando R\$ 23 milhões em recursos não reembolsáveis, com enfoque principal em investimentos, especialmente equipamentos, tendo como objetivo central contribuir para que essas organizações superem seus gargalos e, com isso, viabilizar uma inserção mais qualificada no mercado governamental e privado.

Esses recursos serão disponibilizados por meio de chamada pública, sendo o primeiro edital publicado em janeiro de 2013, com seleção prevista pela Conab e BNDES até maio deste mesmo ano. Ainda, do montante total, estão assegurados R\$ 3 milhões destinados a grupos de mulheres e de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Esses projetos serão recebidos e selecionados por demanda apresentada diretamente ao Conab, reconhecendo que essas organizações poderão



A variedade da agricultura familiar (Divulgação/CC)

ter um grau de dificuldade maior para elaborar e apresentar suas propostas, porque muitos ainda não acessaram o PAA. Desta forma, vamos instituir a possibilidade de atuar também por demanda à medida que os projetos sejam apresentados.

À medida que se queira efetivamente implementar um conjunto de ações por meio das organizações sociais, será necessário criar um marco regulatório próprio. Esse novo formato deverá prever a possibilidade da gestão dos recursos públicos a serem repassados diretamente para as organizações, uma vez que, hoje, a legislação brasileira veta essa possibilidade. A nova legislação deve ser ampla o suficiente para possibilitar arranjos distintos quanto à gestão (direta pelo poder público, compartilhada, ou direta pelas organizações), abertos quanto à forma de execução (edital, chamada pública, ou por demanda) e podendo ser reembolsável ou não. Ainda, deve prever recursos para o fortalecimento institucional

das organizações e para o custeio administrativo, viabilizando que organizações não governamentais possam atuar na articulação e no assessoramento para elaboração dos projetos e ao longo de sua execução.

Diante desta novidade, quais as perspectivas de futuro?

Confesso que não sou muito otimista quanto à abertura de um espaço mais claro nessa direção. A hegemonia do atual modelo tem muita força e, mesmo com a discussão do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil, é perceptível que há um certo isolamento daqueles que defendem essa tese de maior participação direta das organizações sociais na execução das políticas públicas. Ou pelo menos a possibilidade de acesso a recursos que não seja pela forma tradicional do crédito ou pela intermediação de algum ente federado.

Para que esse tema efetivamente se transforme em uma pauta política,

vejo dois caminhos difíceis. Primeiro, que os próprios movimentos sociais sejam portadores dessa proposta a ponto de transformá-la em pauta política. Em especial, os movimentos do campo poderiam utilizar melhor o processo que ocorre todos os anos no debate da pauta para a construção do Plano Safra; dificilmente o campo das ONGs terá força política isoladamente. Segundo, outra possibilidade seria o próprio Governo instituir o novo marco regulatório por meio de Medida Provisória ou encaminhando ao Congresso Nacional um Projeto de Lei, em regime de urgência, para assegurar uma tramitação célere e mostrando que é prioridade da agenda do governo.

Por fim, entendo que o melhor espaço para construção dessa agenda seria tentar realizar o encontro dos diferentes interesses da sociedade civil e do Governo, em uma perspectiva – senão a única – de fazer permear essa proposta pelos caminhos institucionais do Estado brasileiro.

APOIO FINANCEIRO

INTERNACIONAL

Action Aid

<http://www.actionaid.org.br/>

AIN - Ajuda da Igreja Norueguesa

<http://www.kirkensnodhjelp.no/en>

Brot für die Welt (Pão para o mundo)

<http://www.brot-fuer-die-welt.de/>

CCFD - Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement

<http://ccfd-terresolidaire.org/>

Cirque du Soleil

<http://www.cirquedusoleil.com>

Desenvolvimento e Paz

<http://www.devop.org/>

EED - Evangelischer Entwicklungsdienst e.V

<http://www.eed.de/>

Fastenopfer- Ação Quaresmal Suíça

<http://www.fastenopfer.ch/sites/home/index.html?lang2=de>

Fundação Heinrich Böll

<http://www.br.boell.org/>

Fundação Ford

<http://www.fordfoundation.org/>

Misereor

<http://www.misereor.de/>

OXFAM Internacional

<HTTP://www.oxfam.org/>

Rosa Luxemburgo

www.rls.org.br

Solidarité Socialiste - Solsoc

<Http://www.solsoc.be/>

NACIONAL

CESE

<http://www.cese.org.br>

Governo do Estado do Pará / SAGRI

<http://www.sagri.pa.gov.br/>

Governo do Estado do Pará / ALEPA

<http://www.alepa.pa.gov.br/>

Fundo Amazônia / BNDES

www.fundoamazonia.gov.br/

Ministério do Desenvolvimento Agrário / SAF

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/>

Ministério do Desenvolvimento Agrário / PPIGRE

<http://www.mda.gov.br/aegre>

Ministério do Meio Ambiente / PDA

<http://mma.gov.br/ppg7/pda>

Natura

<http://scf.natura.net/naturaesociedade/>

Petrobras

<Http://www.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento/ecidadania/home/>

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car/Sedir)

<http://www.sedir.ba.gov.br>



Juventude na Cidade e Justiça Ambiental: Que papo é esse?

Joana da Silva Barros e Evanildo Barbosa da Silva
FASE
Rio de Janeiro, 2012



Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem?

Julianna Malerba (org.), Bruno Milanez e
Luiz Jardim Moraes Wanderley
FASE
Rio de Janeiro, 2012



Cooperação e Investimentos Internacionais do Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel

Sérgio Schlesinger
FASE
Rio de Janeiro, 2012
(disponível também em inglês)



Pensar com os outros – 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da Sociedade Civil brasileira

Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira
FASE
Rio de Janeiro, 2011



Relatório-síntese - Projeto Avaliação de Equidade Ambiental

FASE, ETERN (IPPUR/UFRJ)



Vídeos - Do campo à cidade: mulheres em busca de direitos

Produção: Olhear Electromatto
Realização: SAAP/FASE
Rio de Janeiro, 2011

Interessado nas publicações da Fase?
Acesse www.fase.org.br/loja ou entre em contato
pelo comunicacao@fase.org.br

Endereços



FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2536-7350
Fax: (021) 2536-7379

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel: (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-BAHIA

Rua General Labatut, 78 - Barris
40.070-100 - Salvador - BA.
Telefone: (071) 3328-1083

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel: (091) 4005-3773
Fax: (091) 4005-3750

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel: (065) 3223 4615
Fax: (065) 3223 7130

FASE-PERNAMBUCO

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478



PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

ISSN 1982-8950

Proposta nº 126 - 2013



Conselho Editorial

Grazia de Grazia
Jean-Pierre Leroy
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Regina Leite Garcia

Edição

Livia Duarte

Revisão

Renata Mattos/Avril Traduction

Jornalista Responsável

Livia Duarte

Organização do Nº 126

Cléia Silveira e
Evanildo Barbosa da Silva

Projeto Gráfico

Maurilio Soares/Casa-da-Comunicação

Diagramação e Capa

Flávia Mattos

Fotos / Capa

Acervo da Fase e parceiros
Imagens sob Creative Commons

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350
Fax: (021) 2536 7359

E-mail: comunicacao@fase.org.br
www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase

Em Proposta, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa democrática e sustentável.

Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual

R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE
no banco Bradesco, conta 95475-6,
agência 0227-5 Botafogo.

Envie o comprovante de depósito
com seu nome e endereço para
o e-mail comunicacao@fase.org.br.

Através do site www.fase.org.br
Cheque nominal à FASE
no valor de R\$ 38,00.

Envie juntamente com seus dados,
para o endereço:

Rua das Palmeiras, 90
Cep - 22270-070, Botafogo, RJ

Para mais informações:

(021) 2536-7350 ou comunicacao@fase.org.br

